



Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Faculdade de Ciências Jurídicas – FAJS

**LUDMYLLA ALMEIDA DE SOUZA SOUTO**

**ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA COMO PANORAMA ANALÍTICO  
DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-11 DE  
SETEMBRO**

**BRASÍLIA  
2016**

**LUDMYLLA ALMEIDA DE SOUZA SOUTO**

**ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA COMO PANORAMA ANALÍTICO  
DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-11 DE  
SETEMBRO**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de Bacharelado  
em Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Aline Maria Thome  
Arruda

**BRASÍLIA  
2016**

**LUDMYLLA ALMEIDA DE SOUZA SOUTO**

**ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA COMO PANORAMA ANALÍTICO  
DA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-11 DE  
SETEMBRO**

Monografia apresentada como requisito  
para conclusão do curso de Bacharelado  
em Relações Internacionais do Centro  
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Brasília, 08 de dezembro de 2016.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Aline Maria Thome Arruda  
Orientador

---

Adalberto Filho  
Professor examinador

---

Cláudio Tadeu Fernandes  
Professor examinador

Dedico este trabalho aos meus amados avós maternos, Mainha e Paim, pois sem eles este trabalho não se realizaria.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus pela vida, pelo amor, pela força, por todas as minhas conquistas pessoais e profissionais, e por ter colocado em minha jornada pessoas tão especiais, que não mediram esforços em me ajudar durante a realização da minha graduação. A estas pessoas externo aqui os meus sinceros agradecimentos.

Ao meu marido e melhor amigo, Lucas Souto, por não me poupar da realidade e me falar exatamente o que eu precisava ouvir, palavras duras, que me deram alicerce. Obrigada por todo apoio, incentivo, amor e carinho.

À minha família, minha mãe, meu irmão e meu pai, pelo incentivo e por todos os ensinamentos de vida. Obrigada por sempre acreditarem que eu seria capaz mesmo quando eu pensava em desistir e por me amarem incondicionalmente.

Aos meus colegas de graduação, em especial, minha querida amiga Fernanda Lira. Obrigada pelas risadas, pelas lágrimas, por todos os momentos de superação, pelas palavras de incentivo, por acreditar em mim e por fazer todos esses anos de graduação mais doces.

À minha segunda família, Igreja Batista Nacional Shalom, por todas as orações, pelos ouvidos que sempre estiveram a postos para me ouvir, por todos os abraços carinhosos e por todo amor e apoio.

Aos meus chefes e amigos do Setor de Contratados Locais no MRE, em especial minhas amigas Maria Theresa Lucena e Roberta Aun e meu chefe Cristian Faustino. Obrigada por tudo que aprendi, pela experiência, pela amizade e por todos os momentos que passamos juntos. E à toda equipe do Comitê Nacional para Refugiados, pela experiência incrível e por tudo que vivi e aprendi.

E por último, porém não menos importante, agradeço a todos os meus professores ao longo da graduação pelos ensinamentos. Em especial agradeço ao professor Carlos Timo pela disponibilidade, pela atenção e pelo carinho e a professora Raquel Boing pelo apoio. Agradeço também à minha orientadora, Aline Thome, pelo carinho, pelo suporte, pela orientação, pela paciência, pela força e por todo o apoio.

*“Power tends to corrupt, and absolute power corrupts absolutely.”*

John Emerich Edward Dalberg-Acton, 1907.

## RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo investigar a mudança na política externa dos Estados Unidos (EUA) no período pós-11 de setembro de 2001. Tal investigação se dará com base na perspectiva construtivista, mais especificamente a abordagem de Alexander Wendt. A utilização desta abordagem se faz necessária uma vez que se pretende analisar em que medida as alterações que decorreram no período pós-ataques terroristas de 2001 afetaram as percepções da sociedade estadunidense e como a agenda internacional poderia ser influenciada por essas novas percepções. Desta forma, dados estatísticos, de entrevistas e pesquisas de opinião feitas com cidadãos estadunidenses, utilizadas como dados secundários, e divulgadas em relevantes meios de mídia, serão utilizados para dar base à análise. Portanto, buscar-se-á relacionar a reação generalizada da população dos EUA, com as medidas de política externa tomadas pelas administrações dos ex-presidente George W. Bush, e, conseqüentemente, pelo presidente Barack Obama.

**Palavras-chave:** Perspectiva Construtivista. Pós-11 de setembro. Estados Unidos. Política Externa.

## **ABSTRACT**

The present research aims to investigate the change in United States' foreign policy in the post-11 September 2001. This research is based on the constructivist perspective, specifically Alexander Wendt's approach. The use of this approach is necessary since it is intended to examine to what extent the changes that took place in post-terrorist attacks from 2001 affected the perceptions of the American society and how the international agenda could be influenced by these new perceptions. Furthermore, statistics, interviews and surveys made with US citizens, used as secondary data, and published in relevant media, will be pursued in the construction of an analysis by relating the United States population reaction to the foreign policy measures taken by former President George W. Bush, and consequently by the President Barack Obama.

**Key words:** Constructivist Perspective. Post-September 11. United States. Foreign Policy.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – O que o governo tem feito para proteger o cidadão contra o terrorismo.....	36
Gráfico 2 – Disposição em renunciar a algumas liberdades civis para o governo combater o terrorismo.....	37
Gráfico 3 – Necessidade de redução das liberdades civis para combater o terrorismo.....	39
Gráfico 4 – Autorizar a polícia a abordar e revistar qualquer pessoa que se pareça com um suspeito de terrorismo.....	40
Gráfico 5 – Preocupação com a possibilidade de limitação das liberdades civis para combater o terrorismo.....	41
Gráfico 6 – Ser patriota e não apoiar as limitações nas liberdades civis no combate ao terrorismo.....	42

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>1 O SISTEMA INTERNACIONAL E SUAS CONSTANTES TRANSFORMAÇÕES</b> <b>.....</b>	<b>17</b>
1.1 <i>O Sistema Internacional.....</i>	17
1.2 <i>Novos elementos inseridos no cenário internacional.....</i>	19
1.3 <i>Construtivismo.....</i>	21
1.4 <i>Premissas básicas do construtivismo.....</i>	23
1.5 <i>Abordagem construtivista de Alexander Wendt.....</i>	24
<b>2 OS ATENTADOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 E SEUS</b> <b>DESDOBRAMENTOS.....</b>	<b>27</b>
2.1 <i>Panorama geopolítico internacional no pós-Guerra Fria.....</i>	27
2.2 <i>O mundo multipolar e a globalização.....</i>	31
2.3 <i>Diferentes percepções sobre o significado dos ataques terroristas de 11 de</i> <i>setembro.....</i>	32
2.4 <i>O 11 de setembro e o sentimento de imediatismo presente na sociedade</i> <i>estadunidense.....</i>	33
<b>3 A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE NO PÓS-11 DE</b> <b>SETEMBRO.....</b>	<b>43</b>
3.1 <i>As bases do pensamento estratégico dos EUA.....</i>	43
3.2 <i>Administração Bush.....</i>	45
<b>3.2.1 Resposta de Bush aos ataques terroristas de 11 de setembro.....</b>	<b>46</b>
3.3 <i>Administração Obama.....</i>	50
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos (EUA) foram eventos que causaram importantes impactos na agenda internacional. Apesar de haver diferentes percepções sobre estes, sabe-se que, de alguma forma, o sistema internacional foi modificado e novos elementos foram inseridos no debate e nas ações políticas internacionais.

Assim, o presente trabalho de pesquisa tem como objetivo contextualizar e analisar a política externa dos EUA no pós-11 de setembro através do emprego da abordagem construtivista.

O primeiro capítulo explora a perspectiva construtivista como um todo, e apresenta a visão de Alexander Wendt. Portanto, é fundamentado na literatura específica do autor.

O segundo capítulo expõe, com base no método histórico, o cenário internacional no pós-Guerra Fria e o que possivelmente motivou os atentados terroristas de 11 de setembro.

Ainda no segundo capítulo, busca-se relatar de forma sucinta os ataques de 11 de setembro e seu impacto na sociedade estadunidense para, assim, por meio da análise de dados estatísticos, entrevistas realizadas por entidades da mídia, compreender a institucionalização da violência, pela sociedade estadunidense em resposta ao fenômeno em questão.

Por fim, o terceiro capítulo, a partir de revisão bibliográfica de documentos oficiais e discursos dos períodos iniciais das administrações dos presidentes estadunidenses George W. Bush e Barack Obama, examinará aspectos da política externa estadunidense após os atentados de 2001.

## **1 O SISTEMA INTERNACIONAL E SUAS CONSTANTES TRANSFORMAÇÕES**

O presente capítulo versa sobre conceitos da perspectiva construtivista desenvolvida por diferentes teóricos das Relações Internacionais e discute como os principais aportes teóricos dessa abordagem são aplicáveis no caso em estudo.

O uso da perspectiva construtivista foi considerado adequado para esta análise, em especial, a abordagem de Wendt, uma vez que é pretendido interpelar em que medida as transformações que decorreram no período pós-11 de setembro afetaram as percepções da sociedade estadunidense e como a agenda internacional poderia ser influenciada por essas novas percepções.

Assim sendo, faz-se necessário recorrer a uma abordagem teórica que leve em consideração o papel das ideias e da formação de identidade coletiva na agenda internacional, para que novos elementos e conceitos inseridos na sociedade estadunidense sejam analisados a partir de um enfoque que privilegie os aspectos culturais, sem deixar de lado determinados aspectos materiais, presentes no processo de legitimação e institucionalização da violência pela sociedade estadunidense, em resposta aos atentados de 11 de setembro de 2001.

Desta forma, infere-se que a abordagem construtivista de Wendt é essencial como instrumento de análise ontológica e epistemológica das novas percepções dos EUA nesse novo quadro político.

### *1.1 O Sistema Internacional*

Ao observar o Sistema Internacional, podemos ressaltar as diferentes transformações que ocorreram no decorrer do tempo e impulsionaram a construção de argumentos centrais de teorias e debates nas Relações Internacionais. São inúmeras incertezas e alterações que evidenciam o caráter transitório do mundo internacional.

No campo de Relações Internacionais, o mundo é constituído de inúmeros fatos e de uma quantidade ainda maior de versões, portanto, pode ser considerado complexo e rico em contradições. Os fatos do mundo e suas interpretações, as ações humanas e suas omissões, são o conjunto de fenômenos que constituem a realidade

internacional e por meio de sua reflexão é possível inferir a teoria. Desta forma o campo é caracterizado pela coexistência de discursos científicos – teorias e abordagens – que não se sobrepõem uns aos outros. (ROCHA, 2002)

As teorias das Relações Internacionais têm como propósito formular métodos e conceitos que permitam compreender a natureza e o funcionamento do sistema internacional, bem como explicar os fenômenos mais importantes que moldam a política mundial. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005)

Entretanto, tais transformações no sistema internacional evidenciam como as teorias não são capazes de explicar a realidade ou até mesmo acabam suprimindo-a e simplificando-a para que se encaixe em seus paradigmas limitados. Em vista disso, pode-se concluir que “as teorias das relações internacionais são limitadas em sua capacidade explicativa, normativa e decisória” (CERVO, 2008, p. 13), o que torna impossível que qualquer teoria tenha alcance universal ou assuma caráter absoluto, pois o que existe são diferentes pontos de vista analíticos sobre um mesmo fato.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial o “pensamento em relações internacionais tem sido marcado pelo dilema da ordem ou da governabilidade em um sistema supostamente anárquico”. (HERZ, 1997, p. 3) Este dilema é instaurado a partir da constituição do sistema de Estados que estabelece o princípio da soberania “A Paz de Vestfália, de 1648, reconhece o Estado como poder supremo dentro de fronteiras estabelecidas, encerrando assim um período em que prevalecia o poder transnacional da Igreja.” (HERZ, 1997, p. 4)

A partir do desenvolvimento da disciplina de relações internacionais nos anos 20, o debate passa a girar em torno da natureza da ordem internacional. Realistas, liberais, racionalistas, marxistas, entre outros, propõem, no contexto de suas teorias e modelos, formas de garantir a ordem internacional, além de formular interpretações sobre sua natureza. (HERZ, 1997, p. 1)

Ao longo deste período, dos anos 20 até os dias atuais, a disciplina de relações internacionais se desenvolveu e diversos debates vieram à tona. E a cada debate o sistema internacional é analisado e percebido por uma perspectiva teórica diferente.

## *1.2 Novos elementos inseridos no cenário internacional*

Em 1989, o símbolo concreto da divisão do mundo em dois sistemas<sup>1</sup> foi destruído: a queda do muro de Berlim pôs fim à Guerra Fria e o cenário internacional foi alterado. Com isto, novos conceitos foram inseridos nos debates de Relações Internacionais, concepções que destacam a relevância de outros agentes no sistema internacional, a despeito de não desconsiderar a importância do Estado.

Por conseguinte, cada vez mais elementos sociais e novas abordagens teóricas influenciam e ganham espaço na política mundial, desta maneira o sistema internacional é modificado pelo novo e intenso debate sobre assuntos ignorados anteriormente, ou simplesmente submetidos às lógicas tradicionais do pensamento.

Com o fim da Guerra Fria, a agenda internacional<sup>2</sup> é tomada por novos temas como: a globalização; a proteção dos direitos humanos; a proteção do meio ambiente, da mulher e da criança; o armamento nuclear; os conflitos étnicos; o nacionalismo; o terrorismo; o fundamentalismo religioso; e as questões culturais e de gênero. Destarte, conseqüentemente ocorre a intensificação da atuação do indivíduo no debate internacional.

O público em geral sente a realidade internacional cada vez mais próxima de seu cotidiano, portanto aumenta o seu interesse e participação em assuntos que anteriormente considerava desinteressante.

Verifica-se também, a crescente relevância de atores não-estatais – organizações internacionais (OIs)<sup>3</sup>, igrejas, empresas multinacionais – para o sistema

---

<sup>1</sup> Tema de debate nas Relações Internacionais, uma vez que para determinado número de autores, não existe o mundo multipolar pós-guerra fria, mas sim o unipolar, em que os Estados Unidos emergem como única superpotência global. Todavia, será trabalhado com o conceito de mundo multipolar de Waltz, que considera apenas dois tipos de distribuição das capacidades relativas no sistema internacional: o sistema bipolar e o sistema multipolar. Duas dinâmicas que se diferem e constituem o equilíbrio de poder, visto que para o autor a balança de poder não resulta da ação deste ou daquele Chefe de Estado, mas existe devido à distribuição do poder entre os Estados (WALTZ, 1979).

<sup>2</sup> Sato (2000) considera a agenda internacional como em constante mudança, que decorre da própria natureza do meio internacional, composto de atores em contínua transformação, e altamente sensível a mudanças nos padrões econômicos e sociais.

<sup>3</sup> Associações voluntárias de Estados, constituídas através de um tratado, com a finalidade de buscar interesses comuns através de uma permanente cooperação entre seus membros.

internacional. Do mesmo modo que há o aumento da influência das organizações não-governamentais (ONGs)<sup>4</sup> no debate internacional.

Por intermédio destes atores, elementos sociais se destacam no âmbito internacional e começam a influenciar nas decisões de política externa e a executar um papel essencial nas análises teóricas de Relações Internacionais.

O fim da Guerra Fria foi importante para a consolidação da teoria construtivista, pois realistas e liberais (adeptos de teorias tradicionais) não conseguiram prever tal evento e tinham dificuldade em explicá-lo. Já os construtivistas entendiam a inserção de novas ideias na agenda mundial, especificamente, o termo “segurança comum” aderido pelo ex-presidente soviético Mikhail Gorbachev, como responsável por revolucionar a política externa soviética. (WALT, 1998)

Segundo Walt (1998, p.40) “enquanto realismo e liberalismo tendem a se concentrar em um fator material como poder ou comércio, as abordagens construtivistas enfatizam o impacto de ideias”<sup>5</sup>. (Tradução nossa) Portanto, “construtivistas consideram os interesses e as identidades dos Estados como um produto altamente maleável de processos históricos específicos”<sup>6</sup>. (Tradução nossa)

Desta forma, construtivistas observam o discurso predominante na sociedade, uma vez que o discurso reflete e molda as crenças e os interesses para estabelecer normas de comportamento.

Logo, uma linha de pensamento que combine a análise de agentes políticos, sociais e internacionais possibilita aos analistas construir modelos explicativos mais abrangentes acerca da política externa, isto é, a abordagem construtivista pode ser considerada uma opção de análise viável quando o objetivo for compreender o papel de atores sociais na construção de política internacional.

---

<sup>4</sup> Jenson(2005) define Organizações Não-Governamentais (ONGs) como formas jurídicas institucionalizadas, mantidas tanto pelo setor privado quanto pelo setor público, com participação da sociedade que se organizam em torno dos chamados direitos sociais, assim as ONGs dedicam-se a unir técnica, ciência, valores coletivos sociais, diálogo entre atores sociais, Estado, mercado e sociedade.

<sup>5</sup> “*whereas realism and liberalism tend to focus on material factor such as power or trade, constructivist approaches emphasize the impact of ideas*”

<sup>6</sup> “*constructivists regard the interests and identities of states as a highly malleable product of specific historical processes*”

Assim como em 1989, com o fim da Guerra Fria, em 11 de setembro de 2001, o cenário das relações internacionais seria novamente alterado. Os ataques terroristas ao *World Trade Center* e ao Pentágono, maiores símbolos do poder econômico e militar da maior potência mundial, evidenciaria a vulnerabilidade da segurança nacional do Estado norte-americano e colocaria em cheque sua inviolabilidade diante da opinião interna e externa, o que traria à tona um sentimento de medo e insegurança aos estadunidenses como nunca havia acontecido.

Tendo em vista esta nova situação na agenda internacional, pretende-se a aplicação da melhor teoria, não a teoria correta, pois como exposto anteriormente, não há uma única visão teórica absoluta, mas várias perspectivas de análise de um mesmo fenômeno.

### 1.3 *Construtivismo*

Dentre as correntes teóricas das Relações Internacionais, o construtivismo pode ser considerado um pensamento recente e com crescente influência no campo.

Ao contrário do que fazem abordagens teóricas tradicionais<sup>7</sup>, que enfatizam poder e recursos materiais em suas análises, o construtivismo analisa e busca compreender as novas percepções da agenda internacional, assim como fenômenos internacionais que abrangem questões culturais, identitárias e de gênero, temas desprezados ou pouco trabalhados anteriormente.

Segundo Gaddis (1992), na segunda metade do século XX iniciou-se um período de reflexão nas Ciências Sociais acerca dos princípios epistemológicos, ontológicos e metodológicos nos quais eram formadas as predominantes concepções positivistas, empiricistas e quantitativas. Tal período caracterizou a crise das Ciências Sociais e ecoou nos mais diversos campos, em especial, nas Relações Internacionais.

Estas reflexões provocaram um grande impacto na formação do conhecimento, e abriram caminho para o surgimento e difusão de novos temas e de teorias denominadas “críticas”, “pós-positivistas”, “pós-modernas”.

---

<sup>7</sup> Realismo/neorrealismo, Idealismo e liberalismo/neoliberalismo.



Então, em meados da década de 80 o termo construtivismo emerge<sup>8</sup> nas Relações Internacionais e se dissemina na última década do século XX, em meio ao Terceiro Grande Debate<sup>9</sup>, como uma crítica a epistemologia positivista.

A vertente positivista composta por teorias tradicionais identificadas como racionais (Realistas/Neorealistas<sup>10</sup> e Liberais/Neoliberais<sup>11</sup>) enfatiza a importância de estruturas normativas e materiais na formação das preferências dos atores políticos e na relação entre agentes e estruturas.

Enquanto a vertente pós-positivista<sup>12</sup> (pós-modernos, pós-estruturalistas, teóricos críticos e teóricos feministas) constrói uma filosofia da ciência relativista, que sugere o debate sobre a natureza das relações sociais internacionais e a discussão sobre meios para seu estudo, uma vez que no mundo social apenas as ideias importam e podem ser estudadas.

Por conseguinte, teorias positivistas consideram questões materiais importantes na formação dos interesses dos Estados e desconsideram as ideias, enquanto teorias pós-positivistas consideram somente as ideias como elementos importantes para o sistema internacional.

Diante disto, para a perspectiva construtivista, a questão central no mundo pós-Guerra Fria é como os diferentes grupos concebem suas identidades e seus interesses. A despeito de “poder” ser relevante, o construtivismo enfatiza como ideias e identidades são criadas, como elas evoluem e como moldam a maneira como os estados compreendem uma situação e como se comportam diante dela (WALT, 1998).

De acordo com Adler (1999, p. 322) “construtivismo é a perspectiva de que a maneira pela qual o mundo material forma, e é formado por, ação e interação humana,

---

<sup>8</sup> O termo “construtivismo” foi inserido no campo de Relações Internacionais em 1989 por Nicholas Onuf em sua obra *World of Our Making — Rules and Rule in Social Theory and International Relations*, no entanto ganhou popularidade com as obras *Anarchy Is What States Make Of It* (1992) e *Social Theory of International Politics* (1999) de Alexander Wendt. (ZEHFUSS, 2001)

<sup>9</sup> Debate interparadigmático das Relações Internacionais, entre teóricos positivistas e pós-positivistas. (LAPID, 1989)

<sup>10</sup> Realismo: Morgenthau (1960) e neorealismo: Waltz (1979).

<sup>11</sup> Segundo Adler (1999), os institucionalistas neoliberais evitam esse dilema, pois seguem a máxima weberiana de que interesses materiais e ideais, mais do que ideias, governam a conduta humana, portanto, como os realistas, os institucionalistas neoliberais consideram o comportamento como sendo afetado por forças físicas externas.

<sup>12</sup> Denominados por Keohane (1988) como reflexivistas, pois são estudiosos interpretativistas, enquanto Lapid (1989) utiliza o termo pós-positivista.

depende de interpretações de dinâmicas normativas e epistêmicas do mundo material”<sup>13</sup>. (Tradução nossa)

#### 1.4 Premissas básicas do construtivismo

O construtivismo é considerado amplo e não uniforme por possuir diferentes vertentes de pensamento que são limitadas e divergentes. Zehfuss (2001) destaca o fato de que ao se considerar o construtivismo um conceito homogêneo, é omitida a variedade de enfoques que cabem nele.

Todavia, há premissas básicas em comum aos teóricos construtivistas, pensamentos e conceitos que estão presentes em todas as abordagens construtivistas.<sup>14</sup>

A premissa central é a de que o mundo é socialmente construído<sup>15</sup>. Este mundo não é predeterminado ou dado exogenamente, mas é construído e modificado de acordo com as interações entre seus agentes. O processo de comunicação entre os agentes molda seus interesses, preferências, identidades e crenças e pode modificar seus comportamentos. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005)

Uma segunda premissa comum aos construtivistas é o debate agentes/estrutura (atores e sistema), este debate não está presente apenas na disciplina de Relações Internacionais, mas também em outras áreas da Ciência Social. Entretanto refere-se a mesma ideia: quem constrange e limita as ações do outro, os agentes ou a estrutura? O que reflete numa discussão sobre a natureza da realidade internacional e como ela deveria ser explicada, assim primeiro é preciso

---

<sup>13</sup> “*Constructivism is the view that the manner in which the material world shapes and is shaped by human action and interaction depends on dynamic normative and epistemic interpretations of the material world.*”

<sup>14</sup> Jorgensen (2001) afirma que o construtivismo é mais uma metateoria do que propriamente uma teoria. Segundo ele, o construtivismo pode ser considerado uma metateoria, por contribuir para o debate pós-positivista das Relações Internacionais ao lançar conceitos importantes da Ciência Social no âmbito internacional, mas ser incapaz de explicar eventos internacionais. Entretanto como o objetivo não é discutir se o construtivismo é uma teoria ou metateoria das Relações Internacionais, me limitarei a considerar o construtivismo enquanto abordagem das Relações Internacionais.

<sup>15</sup> Tudo aquilo que é inerente ao mundo social dos indivíduos é elaborado por eles mesmos: o fato dos homens construírem este mundo, o torna compreensível. “O mundo social é um domínio intersubjetivo, isto é: possui significado para as pessoas que o organizam e vivem nele”. (JACKSON e SORENSEN, 2007, p.342).

saber a antecedência ontológica, para entender quem veio antes e quem veio depois e quem tem precedência sobre o outro.

No entanto, teóricos construtivistas acreditam na ideia de que agentes e estrutura são co-constitutivos. Ou seja, um não antecede o outro nem no tempo, nem na capacidade de influenciar e limitar o outro, mas são construídos mutuamente a partir de sua interação. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005)

Há ainda uma terceira premissa, o posicionamento construtivista diante da relação materialismo/idealismo. Construtivistas acreditam que as ideias constituem a base material do sistema, isto é, o papel desempenhado pelas ideias na vida social é o de constituir o mundo em que vivemos. Isto posto, buscam entender como estas são capazes de influenciar a maneira pela qual as identidades são formadas ou refletidas e como os atores definem seus interesses em função de suas identidades. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005)

Como exposto anteriormente, a abordagem construtivista é heterogênea, assim de modo que os teóricos construtivistas apresentam grande abrangência em suas asserções, bem como algumas divergências. Portanto, neste trabalho o construtivismo será abordado com base nas obras de Alexander Wendt.

### *1.5 Abordagem construtivista de Alexander Wendt*

Dentre os autores construtivistas, Alexander Wendt se destaca por seu posicionamento diante do “imperialismo” das teorias tradicionais das relações internacionais, que segundo o autor, nunca foram capazes de prever algo que já não fosse uma tendência em curso. (WENDT, 1999).

Wendt se autodenomina construtivista e define o construtivismo como uma teoria estrutural do sistema internacional que possui três principais alegações: 1) os Estados são a unidade principal de análise para a teoria política internacional<sup>16</sup>; 2) as estruturas-chave no sistema de Estados são mais intersubjetivas do que materiais, ou

---

<sup>16</sup> É importante ressaltar que Wendt é um autor estadocêntrico e que acredita que as ideias não explicam tudo. Entretanto, é só devido à interação com as ideias que as forças materiais têm efeito na política internacional. (WENDT, 1999)

seja, são estruturas sociais<sup>17</sup>; e, 3) os interesses e as identidades<sup>18</sup> dos Estados são construídos por essas estruturas sociais<sup>19</sup>, ao invés de serem fornecidos de modo exógeno ao sistema pela natureza humana ou pela política doméstica. (WENDT, 1994)

O construtivismo é proposto, pelo autor, como um meio termo ao debate “materialismo *versus* idealismo”<sup>20</sup>, uma vez que pretende distanciar-se de versões puramente materialistas, que explicam a realidade apenas em função de fatores materiais, e de formas mais radicais de idealismo, que afirmam que apenas as ideias importam. (WENDT, 1999)

Este autor emprega uma visão estruturalista da realidade internacional, em que a estrutura (anarquia) é o que os Estados fazem dela. Visto que as identidades dos Estados precedem seus interesses, pode-se concluir que o mundo é socialmente construído, e por isto é produto das ideias e dos valores dos agentes que o constroem, ou seja, sofre um processo endógeno. (WENDT, 1992).

Com base nisto, constata-se que as estruturas fundamentais do sistema político são socialmente construídas; estas estruturas moldam as identidades e os interesses dos agentes do sistema internacional. (WENDT, 1992)

O impacto das ideias na formação dos interesses do Estado importa tanto quanto as questões materiais, e qualquer abordagem teórica que ignore o processo de construção das identidades e interesses dos Estados ou os dê de forma exógena é falha e incompleta. (WENDT, 1999)

---

<sup>17</sup> O teórico não descarta a existência e a importância das causas materiais, mas considera fundamental e central as ideias e os valores, elementos que compõem o idealismo construtivista e ajudam na formulação dos conhecimentos.

<sup>18</sup> Wendt visa especificar e relacionar o conceito de interesse com o de identidade, e conclui que o segundo precede o primeiro.

<sup>19</sup> A comunicação e seu processo estabelecem as interações dos agentes e estas interações formam os interesses e as preferências destes. Portanto os interesses são constituídos ou antecedidos por ideias.

<sup>20</sup> Ambos os argumentos reconhecem o papel das ideias, mas não concordam quanto aos efeitos dessas na vida social. (WENDT, 1992)

Wendt (1999, p. 113) “Em última instância são nossas “ambições, medos e esperanças” as que conduzem a evolução social, e não as forças materiais como tais”<sup>21</sup>. (Tradução nossa)

As relações sociais constituem as identidades e, sucessivamente, os indivíduos, o que produz um processo contínuo de interação, no qual os indivíduos atuam na formação e na perpetuação das identidades. Reciprocamente, as identidades, a sociedade e a nação em que estão inseridos atuam na formação constante dos indivíduos.

Desta forma, agentes e estrutura são co-constitutivos, em outras palavras, sem ideias não se pode conceber os interesses e sem interesses não se pode atribuir significado às forças materiais e sem forças materiais não há realidade, assim o conceito de identidade age como um ponto de conexão entre as estruturas e os interesses.

Tais asserções indicam que, para Wendt: 1) a realidade é socialmente construída; 2) as estruturas são definidas, principalmente, por ideias compartilhadas, e não apenas por forças materiais; e, 3) as identidades e os interesses dos atores são construídos pelas ideias compartilhadas. (WENDT, 1999)

Com base nisto, é possível problematizar como a identidade da sociedade estadunidense teria sido “alterada” em decorrência do 11 de setembro, e como essa alteração afetou diretamente o governo dos EUA. Entretanto, faz-se necessário, primeiramente, entender o fenômeno em estudo.

---

<sup>21</sup> “Ultimately it is our ambitions, fears, and hopes – the things we want material forces for – that drive social evolution, not material forces as such.”

## 2 OS ATENTADOS TERRORISTAS DE 11 DE SETEMBRO DE 2001 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Este capítulo descreverá os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, fenômeno em estudo, com base no método histórico.

O método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. Fundamenta-se no princípio de que as atuais formas de vida social, as instituições e os costumes têm origem no passado e ressalta a importância da análise das raízes para compreender sua natureza e função. Portanto, o método histórico investiga as raízes das instituições e suas alterações no decorrer do tempo. (MARCONI e LAKATOS, 2003)

Portanto, uma vez que é importante compreender, de forma ontológica, a política externa dos EUA, e como ela foi modificada pelo novo quadro internacional em que estava inserida, no pós-11 de setembro será utilizado tal método. Para isto é preciso, primeiramente, entender a estrutura geopolítica do sistema internacional no pós-Guerra Fria.

Por outro lado, uma vez que existe dissenso a respeito do significado do 11 de setembro no cenário internacional entre os analistas políticos de relações internacionais, será discutido, com base em literatura específica, em que medida o 11 de setembro seria, ou não, um marco histórico para o sistema internacional.

Da mesma forma, é fundamental compreender a identidade da sociedade civil dos EUA e seu posicionamento diante do cenário político interno e externo, para depreender se houve mudança de identidade, ou não, e conseqüentemente, uma possível alteração na política externa dos EUA. Para isto, serão utilizados dados estatísticos de entrevistas realizadas com cidadãos estadunidenses, por meio de mídia considerados relevantes e compilados pelo *Roper Center For Public Opinion Research*<sup>22</sup>, que contribuem para uma melhor análise da sociedade dos EUA diante do novo cenário do pós-11 de setembro.

---

<sup>22</sup> Centro Roper de Pesquisa de Opinião Pública estadunidense que tem como missão recolher, preservar e divulgar dados de pesquisas de opinião pública feitas nos EUA e em todo mundo.

## 2.1 Panorama geopolítico internacional no pós-Guerra Fria

Com o fim da bipolaridade e a desestruturação dos regimes influenciados pela União Soviética (URSS), a ameaça do velho inimigo “o comunismo” deixaria de ser evidente, e não poderia mais explicar as ações militares dos EUA em defesa de seus próprios interesses (FALCÃO, 2003).

Então seria proposta a “Nova Ordem Mundial”, em que os ganhadores da Guerra Fria – os EUA – dariam início a uma tentativa de alcançar objetivos estratégicos, tanto na economia quanto na política. Uma dessas estratégias seria firmar os EUA como guardião dessa nova ordem, mediante ações políticas e militares que poderiam ser legitimadas pela ONU (FERNANDES, 2002).

Reproduzimos, abaixo, um trecho do discurso do ex-presidente estadunidense George H. W. Bush em 1990, perante uma sessão conjunta do Congresso, sobre a Guerra do Golfo Pérsico, em que propõe a nova ordem mundial:

“Estamos hoje em um momento único e extraordinário. A crise no Golfo Pérsico, tão grave como é, também oferece uma rara oportunidade para se mover em direção a um período histórico de cooperação. Fora destes tempos difíceis, o nosso quinto objetivo - uma nova ordem mundial - pode emergir: uma nova era - mais livre da ameaça de terror, mais forte na busca da justiça, e mais seguro na busca da paz. Uma era em que as nações do mundo, Leste e Oeste, Norte e Sul, podem prosperar e viver em harmonia. Uma centena de gerações têm procurado esse caminho evasivo para a paz, enquanto milhares de guerras se alastraram em toda a extensão do esforço humano. Hoje esse novo mundo está lutando para nascer, um mundo muito diferente daquele que conhecemos. Um mundo onde o Estado de direito suplanta a lei da selva. Um mundo em que as nações reconhecem a responsabilidade compartilhada por liberdade e justiça. Um mundo onde a forte respeitar os direitos dos fracos. Esta é a visão que eu partilhava com o presidente Gorbachev, em Helsinki. Ele e outros líderes da Europa, do Golfo, e em todo o mundo compreendem que a forma de gerenciar esta crise hoje poderia moldar o futuro para as gerações vindouras”.<sup>23</sup> (Tradução nossa)

---

<sup>23</sup> “We stand today at a unique and extraordinary moment. The crisis in the Persian Gulf, as grave as it is, also offers a rare opportunity to move toward an historic period of cooperation. Out of these troubled times, our fifth objective -- a new world order -- can emerge: a new era -- freer from the threat of terror, stronger in the pursuit of justice, and more secure in the quest for peace. An era in which the nations of the world, East and West, North and South, can prosper and live in harmony. A hundred generations have searched for this elusive path to peace, while a thousand wars raged across the span of human endeavor. Today that new world is struggling to be born, a world quite different from the one we've known. A world where the rule of law supplants the rule of the jungle. A world in which nations recognize the shared responsibility for freedom and justice. A world where the

Esta proposta do governo dos EUA consistia em três pontos principais, segundo (FERNANDES, 2002):

- 1) A proposição básica de que os variados fóruns multilaterais do sistema da ONU deveriam se tornar o núcleo ordenador de uma nova ordem mais estável no mundo, para superação das tensões e das divergências que haviam marcado a Guerra Fria;
- 2) O Conselho de Segurança da ONU assumiria nova centralidade como foro de negociação e resolução de problemas relacionados à paz e à segurança no sistema internacional; e,
- 3) Os organismos econômicos do sistema da ONU – com destaque para o FMI, Banco Mundial e a OMC – exerceriam o papel de “indutores” e “guardiães” dos mercados abertos.

Assim, os EUA faziam uso do sistema ONU para se afirmarem política e economicamente como superpotência, em detrimento de outros Estados, o que motivaria uma crescente resistência a esta nova ordem internacional. Portanto, o que caracteriza o objetivo maior da política externa estadunidense no pós-Guerra Fria é sua estabilidade político-econômica interna e externa.

As “funções” a serem exercidas pelos EUA eram apresentadas da seguinte forma: defesa e expansão da democracia; liberdade em relação aos organismos internacionais multilaterais; e maior investimento e ampliação das Forças Armadas, para que seguissem aptas a se manter na vanguarda tecnológica e dissuadir qualquer ameaça ou inimigo (TEIXEIRA, 2007)

Com base nisto, os EUA se sobressaem neste período por sua grande capacidade econômica e demasiado investimento em desenvolvimento de tecnologia avançada. Ademais, é possível observar grandes assimetrias de poder e desequilíbrio internacional, pois, o poder de cada Estado é medido em termos de capacidade econômica, que consiste na alta produtividade e competitividade entre os blocos econômicos (FALCÃO, 2003).

---

strong respect the rights of the weak. This is the vision that I shared with President Gorbachev in Helsinki. He and other leaders from Europe, the Gulf, and around the world understand that how we manage this crisis today could shape the future for generations to come.” (BUSH, 1990)



Portanto, pode-se afirmar que esta nova realidade poderia possibilitar uma instabilidade no sistema internacional, uma vez que, por possuírem grande capacidade econômica, política e militar os EUA criariam novas oportunidades para dar continuidade à sua política externa intervencionista e unilateral, marcada pelo expansionismo.

Deste modo, juntamente com a nova ordem criada no pós-Guerra Fria, seria possível acompanhar a construção de novos inimigos que ameaçariam a paz e a ordem mundial, como: o terrorismo; o fundamentalismo islâmico; o narcotráfico e a instabilidade no Terceiro Mundo.

Toda esta superioridade dos EUA abriria espaço para outros atores internacionais, como grupos extremistas, que atuariam em nome de diferentes causas tais como: questões de cunho político-religioso ou étnico-cultural. Assim sendo, surgiriam novos meios de balança de poder de natureza diferente à que se via durante a Guerra Fria (LAYNE, 2006). Pois na Guerra Fria as capacidades materiais eram as que tinham o papel de equilibrar o sistema, e neste novo cenário apareceriam diferentes formas de equilibrar o poder no sistema internacional.

Desta forma, embora organizações não-estatais como a Al Qaeda, não possuíssem capacidade material convencional para balancear o poder dos EUA, ao desafiarem, ameaçarem e demandarem uma reconfiguração da estratégia estadunidense, eles estariam de alguma forma, alterando a balança de poder. Como aconteceu no 11 de setembro. (LAYNE, 2006)

Estas constantes alterações na configuração internacional<sup>25</sup> também abririam caminho para que notáveis potências – como os importantes polos econômicos<sup>26</sup>: Japão e a reunificada Alemanha – assumissem papel significativo na agenda mundial e se consolidassem, o que caracterizaria, portanto, o mundo multipolar.

---

<sup>25</sup> Característica da flexibilidade do sistema internacional.

<sup>26</sup> Com a globalização e a modernização da economia internacional no período pós-Guerra Fria, o Japão e a Alemanha estiveram entre os países que menos gastaram em militarismo. Praticamente todo seu esforço de desenvolvimento tecnológico, industrial e comercial voltou-se para o setor da economia civil, o que os fez crescer como polos econômicos e aumentou sua participação na economia mundial. (FALCÃO, 2003).

## 2.2 O mundo multipolar e a globalização

No mundo multipolar, o que estaria no centro das tomadas de decisões é a busca de novas estratégias para ganhar mercados, assim proporcionando uma maior integração entre as economias, os países, e até mesmo entre os indivíduos.

Este processo de integração mundial caracteriza a globalização, em que há a criação de uma rede de conexões, configurada por uma revolução nos meios de comunicação e de transporte. Assim, as distâncias seriam estreitadas, as relações econômicas e culturais favorecidas, e ocorreriam de uma forma mais rápida e eficaz.

Na medida em que as distâncias diminuem, aumenta a velocidade da interação social. Em consequência disto, crises e acontecimentos em partes distintas do mundo ultrapassam suas barreiras territoriais e produzem um impacto mundial imediato, o qual demanda em um tempo menor de reação para os responsáveis políticos pelas tomadas de decisão.

O que explicaria a dimensão alcançada pelos ataques terroristas de 11 de setembro, que comoveu o mundo e promoveu a inserção de novos conceitos na agenda internacional, devido a sua grande cobertura, transmitida pela mídia em tempo real.

Por meio da globalização, a indústria, na área da informática e das comunicações foi a que ganhou maior impulso, em razão do desenvolvimento de programas de computadores, de progressos com a fibra ótica e com a Internet e do incremento de avanços tecnológicos na produção de telefones celulares, de microcomputadores e de satélites<sup>27</sup>, o que fez com que as informações atingissem grandes proporções.

Entretanto, há o lado negativo da globalização, em que grupos terroristas também seriam beneficiados e se expandiriam ao tirar proveito dessas redes de

---

<sup>27</sup> De acordo com dados divulgados pela *International Telecommunication Union* (ITU) em 2001, o avanço das comunicações na década de 90 foi surpreendente, pois de 1990 a 2000, a receita do mercado de telecomunicações mais do que duplicou, passando de 508 bilhões para 1,16 trilhão de dólares. Os principais responsáveis por esse aumento são os telefones celulares, os microcomputadores e a internet, pois o número de usuários de telefones celulares passou de 11 milhões, em 1990, para 650 milhões, em 2000.

interações<sup>28</sup>, ao fazer uso desta nova ferramenta para demonstrar insatisfação com a ordem mundial e promover atos de protesto contra a desigualdade econômica e social.

Portanto, pode-se descrever o real panorama geopolítico pós-Guerra Fria como um embate entre um sistema multipolar em construção *versus* uma tendência estadunidense à unipolaridade, o que produziria um sistema instável e complexo, visto que, enquanto alguns atores internacionais estariam se sobressaindo e ganhando poder relativo, outros estariam perdendo poder relativo.

Entretanto, no dia 11 de setembro de 2001 esse panorama seria modificado. Velhos conceitos da política mundial seriam reconstruídos e novas concepções inseridas na agenda mundial. A inexpugnabilidade dos EUA seria colocada em xeque<sup>29</sup> pela magnitude dos atentados em seu território.

### *2.3 Diferentes percepções sobre o significado dos ataques terroristas de 11 de setembro*

Antes mesmo de descrever o fenômeno em estudo, é importante ressaltar a multiplicidade de significados que tal evento representa no campo acadêmico. Dado que existe vasta literatura sobre os ataques terroristas de 11 de setembro, analistas das Relações Internacionais divergem a respeito do significado de tal evento e seus desdobramentos seguintes para o mundo.

Para exemplificar tais divergências no pensamento, valemo-nos de uma pequena amostragem de um autor brasileiro, um paquistanês e um americano.

Rubens Barbosa<sup>30</sup> afirma que os ataques terroristas de 11 de setembro não significaram uma mudança direta no mundo, mas na agenda da política mundial, pois surge um novo elemento na agenda internacional, a guerra ao terror, um ponto definidor de uma nova relação entre os EUA e a comunidade internacional.

---

<sup>28</sup> Grupos extremistas estariam utilizando a estratégia de criação de *websites* direcionados a públicos específicos para divulgar conteúdos, propagar seu ideário, recrutar terroristas, bem como transmitir informações e conhecimentos que eram exequíveis somente se os recrutados estivessem fisicamente presentes em campos de treinamento terroristas.

<sup>29</sup> Desde 1941 o território nacional dos EUA não era atingido. No dia 7 de dezembro de 1941, a Força área Japonesa fez um ataque surpresa à principal base naval dos Estados Unidos, situada em Pearl Harbour, no Havaí, danificando severamente a frota norte-americana no Pacífico.

<sup>30</sup> Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, de 1999 a 2004.

Assim, o 11 de setembro representa um momento crucial na agenda internacional, por sugerir o declínio relativo do império norte americano e a ascensão de novos Estados para contrapor a hegemonia estadunidense, deste modo caracteriza um marco importante na história mundial, pois mudou a geopolítica e possivelmente influenciará os rumos da história. (BARBOSA, 2012)

Já para o escritor paquistanês Tariq Ali os atentados foram em termos gerais, apenas uma “*nota de rodapé na história deste século*” (ALI, 2002. p.42). Para o autor os atentados exemplificam um embate de fundamentalismos, o fundamentalismo econômico, baseado no império americano e na manutenção do *status quo*, e o fundamentalismo islâmico, reacionário, que abomina a cultura ocidental disseminada pelos EUA, culpando-a pelas falácias a que o mundo islâmico está submetido (ALI, 2002).

Chomsky considera os ataques de 11 de setembro um evento histórico que mudou a história ao projetar um novo rumo para o sistema internacional e reproduzir efeitos a médio prazo, como a construção de um novo inimigo, e a implementação de regras de censura e restrição de liberdades civis pelo Estado. (CHOMSKY, 2002).

Isto posto, é notável a importância histórica e geopolítica dos atentados terroristas de 11 de setembro para o sistema internacional. Diante disto, observa-se o grande impacto e a multiplicidade de significados que o evento representa para o campo de Relações Internacionais, bem como para a História Mundial.

Portanto é de extrema importância identificar as principais mudanças na segurança nacional/política externa dos EUA, e as transformações nas percepções de sua sociedade civil, bem como aprofundar a análise para compreender de forma plena a relação e influência da sociedade estadunidense no governo dos EUA no pós-11 de setembro.

#### *2.4 O 11 de setembro e o sentimento de imediatismo presente na sociedade estadunidense*

Os EUA foram atacados por um inimigo sem rosto, a potência hegemônica demonstrou sua fragilidade diante do mundo e da opinião pública interna, “os terroristas transformaram a abertura e a mobilidade, vantagens da nação norte-

*americana, em vulnerabilidade que utilizaram em proveito próprio na execução de seus objetivos” (FALCÃO, 2003, p. 32)*

Os ataques foram executados por uma rede terrorista de poder difuso e oculto que tentava provar que a superpotência estadunidense seria tão vulnerável como qualquer outro país. (PECEQUILO, 2001)

A escolha dos alvos<sup>31</sup> que simbolizavam o “American way of life” e o poder americano apresenta, mais do que aspirações estratégicas, implicações morais e psicológicas. Uma vez que busca atingir a segurança e a liberdade de ir e vir do estadunidense em seu próprio território, ao abalar a sensação de normalidade cotidiana.

Pode-se afirmar, portanto, que os ataques terroristas pretendiam evidenciar as fragilidades da sociedade estadunidense, por isto se concentraram nos símbolos do poder social, econômico (Torres Gêmeas do World Trade Center) e estratégico-político do país (Pentágono e prédios públicos da capital dos EUA).

Isto posto, também é possível concluir, pela análise da logística do ataque, que foi uma ação que demandou preparo extenso e de alto custo, pois foi bem organizada e sigilosa, visto que passou despercebida pelos serviços de inteligência americanos e internacionais. Ademais, os terroristas que cometeram os atentados estavam bem preparados e treinados, pois eram capazes de pilotar os aviões e demonstram verdadeira motivação para morrer por sua causa. (PECEQUILO, 2011)

E, de certo modo, as aspirações do grupo terrorista foram alcançadas. O sentimento de medo e insegurança se instalou entre os estadunidenses de uma forma como nunca havia acontecido, “o ataque terrorista de 11 de setembro teve um efeito tão devastador sobre as vidas, propriedades e orgulho dos americanos” (TALBOTT; CHANDA, 2002, p. 69)

---

<sup>31</sup> Símbolos fáceis de identificar e que sempre estiveram no imaginário das pessoas como prova do sucesso e da grandiosidade dos Estados Unidos.

A integridade dos símbolos do poderio econômico/social e militar/político do país fora ferida e, por consequência disto, o próprio sentimento de nacionalidade e patriotismo, que são tão prezados pelo povo estadunidense. (FALCÃO, 2003)

Diante deste novo cenário de medo e incertezas, a sociedade estadunidense, sob o efeito do imediatismo e do irracionalismo, fomentaria uma série de consequências lamentáveis, como: a institucionalização da violência contra o inimigo, a ratificação das medidas precipitadas do governo com respeito: à restrição de direitos; à supressão de garantias; às perseguições; às detenções arbitrárias; à xenofobia; e, à intolerância com o outro.

Como afirma Chomsky, “Em casa, é necessário salvaguardar um sistema em que a elite decide e o povo ratifica” (CHOMSKY, 2004, p. 11). E a ratificação do povo vem por meio desta opinião pública ainda abalada.

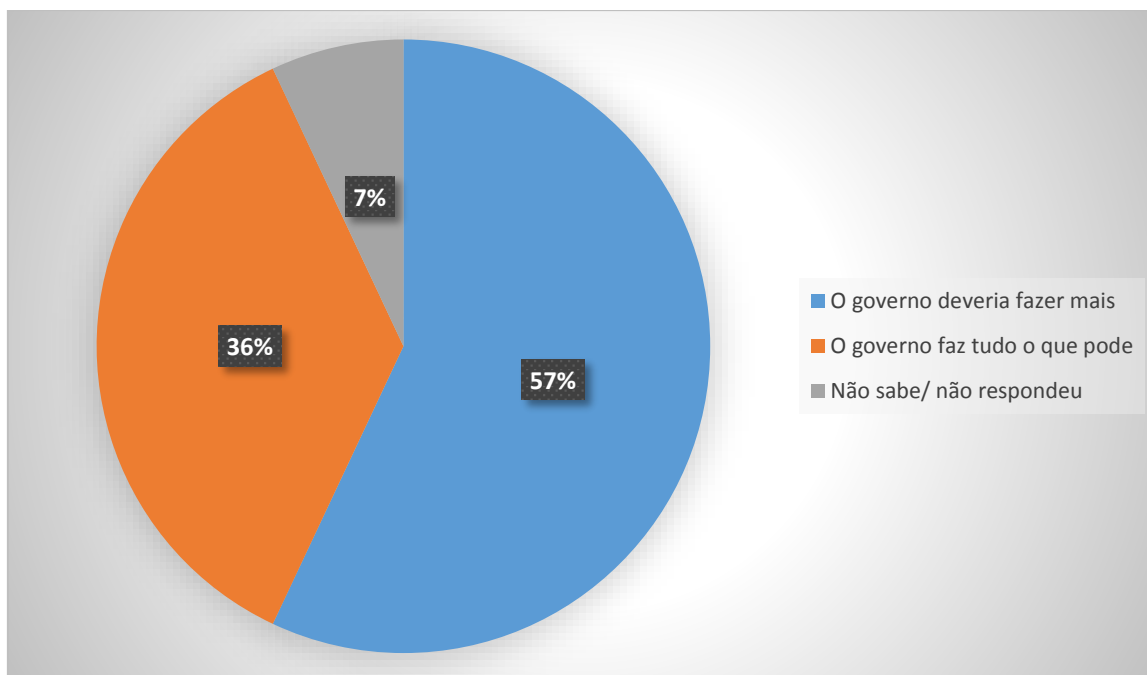
Com base em dados divulgados pelo *Roper Center For Public Opinion Research*, antes mesmo do 11 de setembro de 2001, em uma pesquisa feita de 04 a 12 de janeiro de 1989<sup>32</sup> pelo *Associated Press*, 1162 adultos e cidadãos estadunidenses responderam por telefone à pergunta: “Você acha que o governo está fazendo tudo que pode para proteger o cidadão americano contra o terrorismo ou ele pode fazer mais? ”

O gráfico a seguir demonstra que a maioria, 57% dos entrevistados, esperava uma atuação mais forte e eficaz, por parte do governo, para proteger o cidadão contra o terrorismo.

---

<sup>32</sup> Ano em que George Helbert Walker Bush assume a presidência do país.

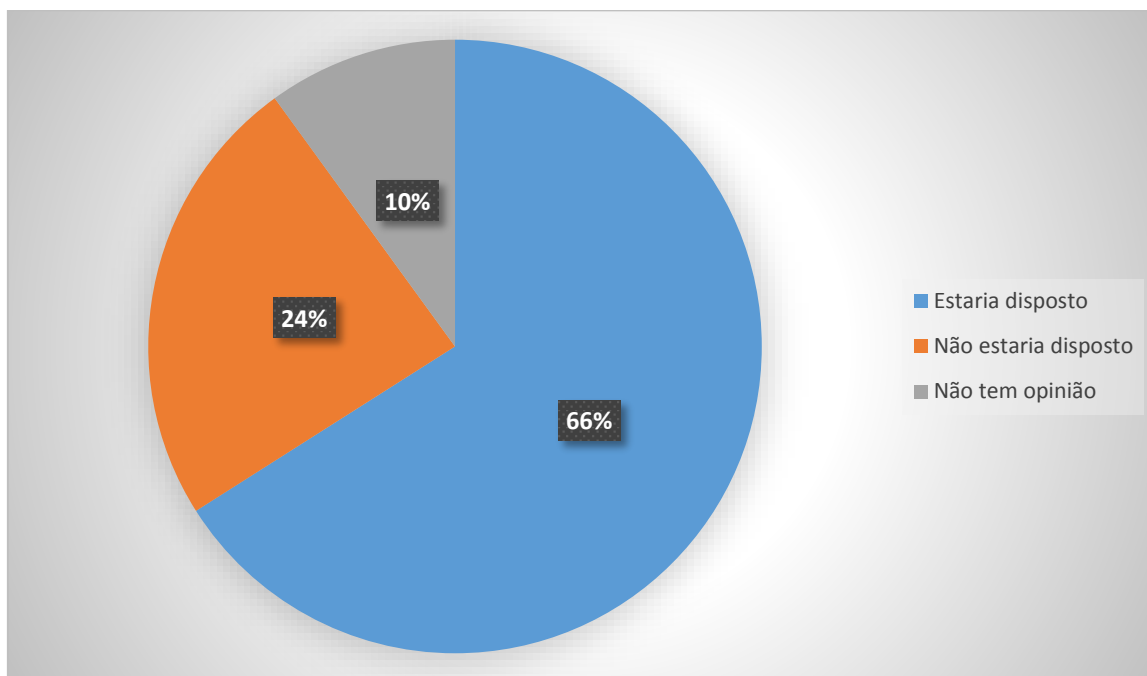
**Gráfico 1 – O que o governo tem feito para proteger o cidadão contra o terrorismo**



Fonte: Associated Press/ Media General, 1989.

Já o gráfico 2 demonstra que, em pesquisa feita pela *ABC News* com 608 cidadãos adultos estadunidenses no dia 11 de setembro, antes do discurso do presidente Bush, em resposta à pergunta -"Como você provavelmente já ouviu, hoje, 11 setembro de 2001, aparentes atentados terroristas destruíram as Torres do World Trade Center em Nova York, causaram danos no Pentágono em Washington e provocaram a queda de um avião na Pensilvânia. Aparentemente, esses ataques foram provocados por terroristas que sequestraram aviões comerciais. Você estaria disposto a renunciar a algumas das liberdades civis que temos no país para que o governo possa combater o terrorismo, ou não?", - 66% dos entrevistados estavam dispostos a abrir mão de algumas liberdades para ajudar o governo a combater o terrorismo.

**Gráfico 2** – Disposição em renunciar a algumas liberdades civis para o governo combater o terrorismo



Fonte: ABC News/ Washington Post, 2001.

Diante disto, pode-se entender que, em meio ao cenário de caos e medo, no imediato pós-11 de setembro, a sociedade estadunidense ansiava por um herói, um líder, cujo discurso firme pudesse acalmar a população e apontar uma solução drástica naquele momento de incertezas e em meio ao sentimento de insegurança que pairava no ar.

É neste cenário que Bush afirma sua disposição em empregar todos os recursos disponíveis – todos os meios diplomáticos, todas as ferramentas de inteligência, todos os instrumentos policiais e legais e todas as armas de guerra necessárias – para impedir as ações e derrotar a rede mundial de terror” (BUSH, 2001). Introduzindo, assim, suas medidas contraterrorismo, medidas de controle, repressão, meios unilaterais, extrajudiciais e letais, que são legitimadas pela opinião pública sob o sentimento de vingança e desejo de punição aos terroristas e aos que apoiam a rede internacional de terrorismo.



Deste modo, na noite do dia 11 de setembro de 2001, Bush afirmaria a guerra contra o terrorismo, sem indicar, contudo, o oponente, pois o inimigo era desconhecido e sem rosto, e portanto, não representava um objetivo bem definido.

“Hoje, os nossos concidadãos, o nosso modo de vida, nossa própria liberdade foi atacada em uma série de atos terroristas deliberados e mortais. [...] Estes atos de assassinato em massa tinham a intenção de assustar nossa nação no caos e na retirada. Mas eles falharam; nosso país é forte. Um grande povo foi movido para defender uma grande nação. [...] Os ataques terroristas podem abalar as fundações dos nossos maiores edifícios, mas eles não podem tocar a fundação da América. [...] Hoje, a nossa nação viu o mal, o pior da natureza humana. E nós respondemos com o melhor da América - com a ousadia das nossas equipes de resgate, com o cuidado de desconhecidos e vizinhos que vieram para doar sangue e ajudar da maneira que pudessem. [...] A nossa primeira prioridade é conseguir ajuda para aqueles que foram feridos, e tomar todas as precauções para proteger os nossos cidadãos em casa e ao redor do mundo a partir de novos ataques”<sup>33</sup> (Tradução nossa)

A resposta de Bush aos ataques terroristas se caracterizaria pela luta do bem contra o mal, ou da vítima *versus* o vilão. O presidente faz uso de palavras firmes, seguras, tranquilizadoras, e não ameaçadoras. Estão presentes em seu discurso: o imediatismo e a irracionalidade da opinião pública frente a este evento dramático.

Assim, o governo estadunidense reforça as medidas de segurança interna e externa, amparadas em estratégias e meios coercitivos.

Os especialistas em relações públicas e os redatores de discursos criaram para George W. Bush a imagem de um homem simples, em comunicação direta com o céu, confiante em sua “intuição” enquanto seguia em frente na campanha de “livrar o mundo dos malfeitores”, contemplando suas “visões” e “sonhos”, uma caricatura de velhos épicos e histórias da carochinha misturados à ficção do gênero faroeste (CHOMSKY, 2004, p. 113).

Para Chomsky, deveriam ser feitas diversas perguntas e apresentadas em debate público. Entretanto, o que aconteceu foi que o governo dos EUA adotaria uma

---

<sup>33</sup> “Today, our fellow citizens, our way of life, our very freedom came under attack in a series of deliberate and deadly terrorist acts.[...] These acts of mass murder were intended to frighten our nation into chaos and retreat. But they have failed; our country is strong. A great people has been moved to defend a great nation. Terrorist attacks can shake the foundations of our biggest buildings, but they cannot touch the foundation of America. [...] Today, our nation saw evil, the very worst of human nature. And we responded with the best of America -- with the daring of our rescue workers, with the caring for strangers and neighbors who came to give blood and help in any way they could. [...] Our first priority is to get help to those who have been injured, and to take every precaution to protect our citizens at home and around the world from further attacks.” (BUSH, 2001)

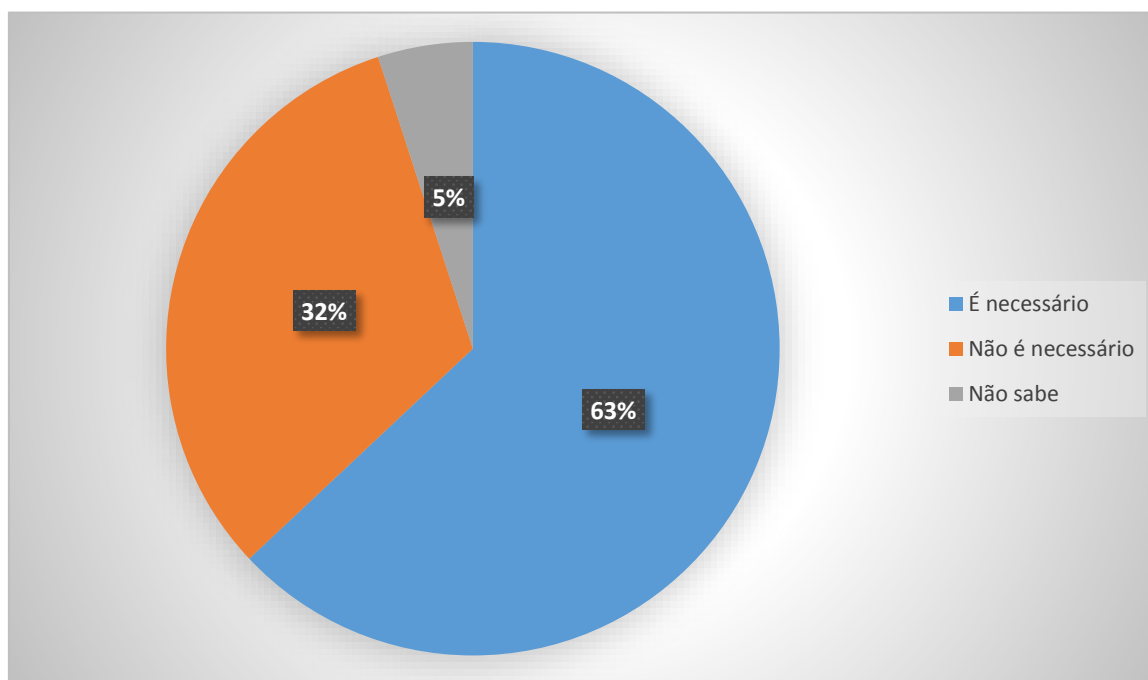
definição conivente de terrorismo e a sua sociedade aceitou, indo contra a opinião pública global e auxiliando o governo a alcançar seus objetivos. (CHOMSKY, 2004)

Pesquisas de opinião foram feitas, mas apenas reforçaram e deram continuidade a este sentimento de incertezas que pairava no ar.

Apenas dez dias após os atentados terroristas, entre 20 e 21 de setembro, 1005 cidadãos estadunidenses entrevistados, também por telefone, pela *Princeton Survey Research Associates* responderam à seguinte pergunta: “Para controlar o terrorismo no país, você acha que será necessário às pessoas comuns renunciarem a algumas de suas liberdades civis, ou não?”.

No gráfico a seguir é possível ver que 63% dos entrevistados reconheciam a necessidade da redução de liberdades civis para combater o terrorismo.

**Gráfico 3 – Necessidade de redução das liberdades civis para combater o terrorismo**

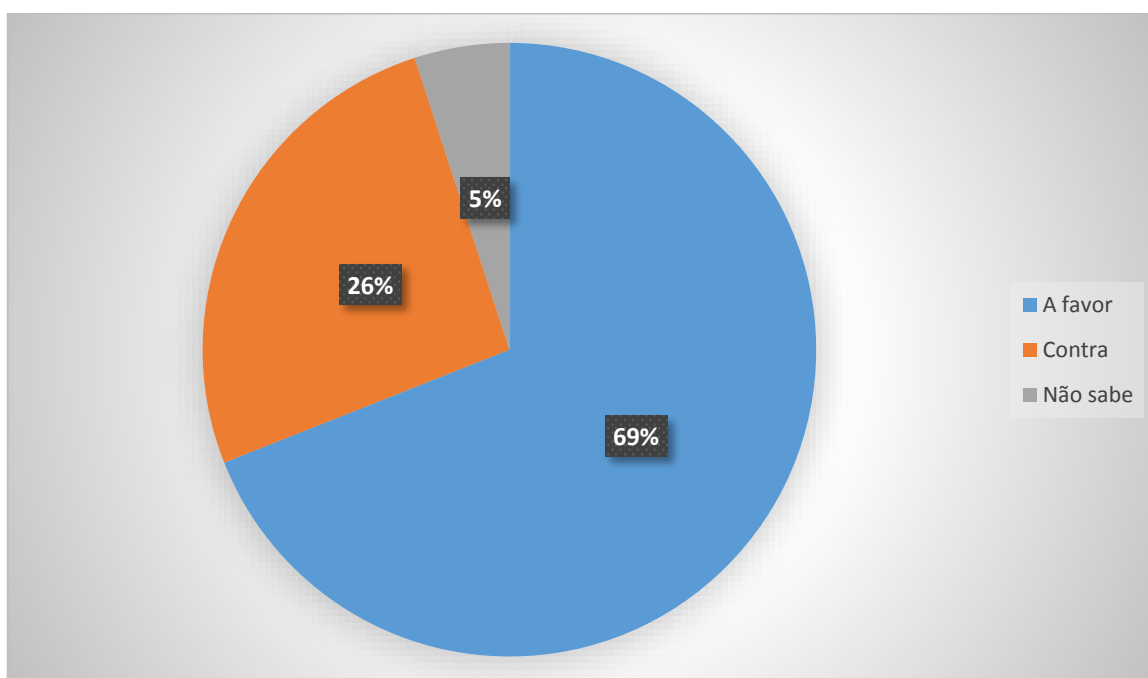


Fonte: Princeton Survey Research Associates, 2001.

Já em uma pesquisa de opinião feita com 900 eleitores estadunidenses, pela *Opinion Dynamics*, também por telefone, nos dias 19 e 20 de setembro de 2001, foi perguntado se as pessoas eram contra ou a favor de autorizar a polícia a parar e revistar qualquer pessoa que se parecesse com um suspeito de terrorismo.

Como indica o gráfico a seguir, 69% dos entrevistados eram a favor de autorizar a polícia a parar e revistar qualquer pessoa que ao menos se parecesse com suspeito de terrorismo.

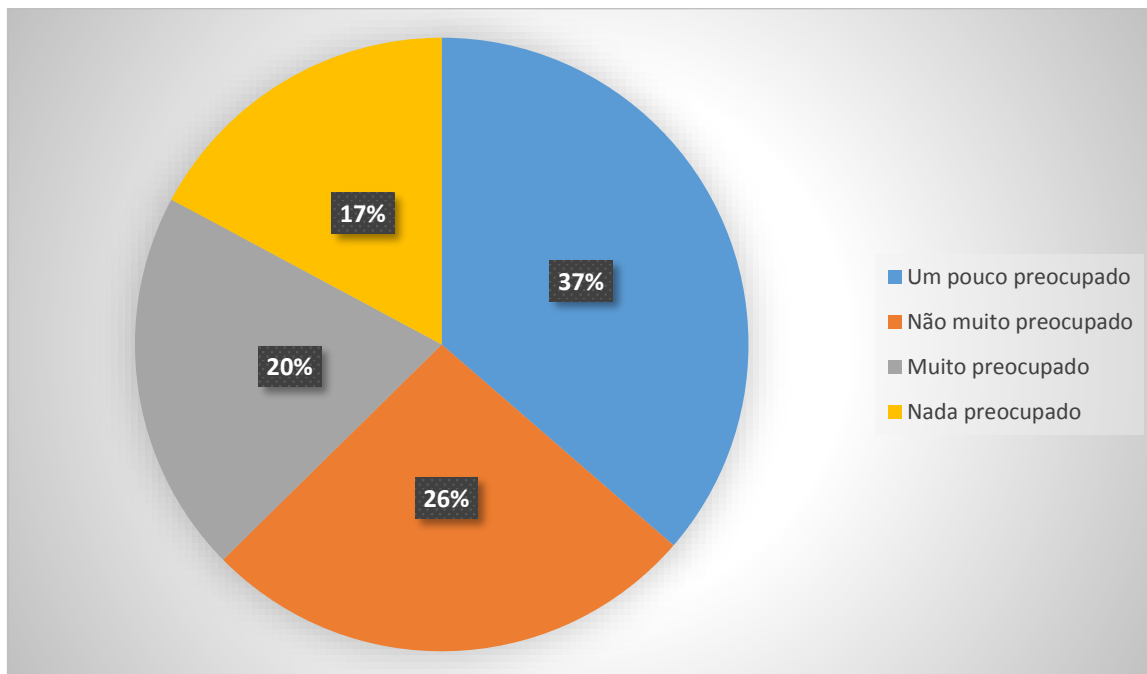
**Gráfico 4** – Autorizar a polícia a parar e revistar qualquer pessoa que se pareça com um suspeito de terrorismo



Fonte: Opinion Dynamics, 2001.

Entretanto, apesar de a maioria dos estadunidenses entrevistados apoiarem as polêmicas medidas na luta contra o terror, em outra pesquisa de opinião, feita nos dias 13 e 14 de setembro por telefone pelo *Los Angeles Times*, foi perguntado: “O quanto você está preocupado com as medidas propostas para combater o terrorismo neste país que podem restringir algumas liberdades civis?”, uma relativa maioria de 37% dos entrevistados se manifestou “um pouco preocupada” com a possibilidade de limitação das liberdades civis.

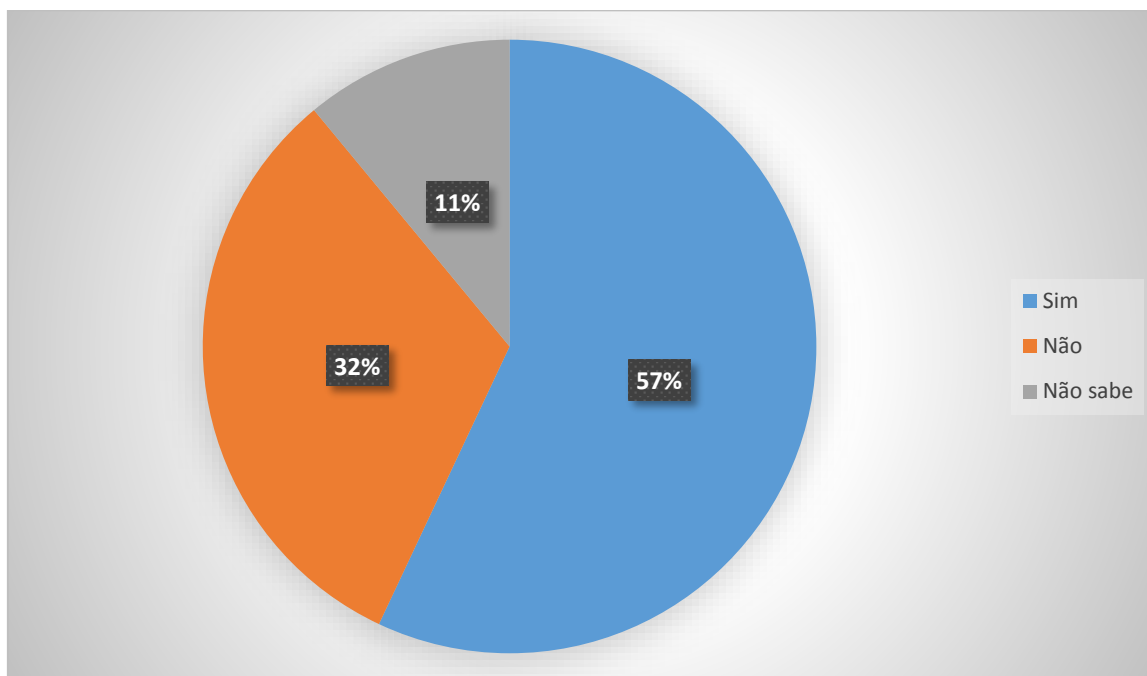
**Gráfico 5 – Preocupação com a possibilidade de limitação das liberdades civis para combater o terrorismo**



Fonte: Los Angeles Times, 2001.

Nos dias 20 e 21 de setembro, em entrevista à *Princeton Survey Research Organization*, 1005 estadunidenses responderam à pergunta: “Nos EUA, hoje, você acha que alguém pode ser patriota e não apoiar a proposta de limitação das liberdades civis para tornar mais fácil a luta contra o terrorismo?”, 57% dos entrevistados, acreditavam que seria possível continuar sendo patriota e não apoiar as limitações nas liberdades civis, portanto é possível observar que apesar do sentimento quase unânime entre os cidadãos estadunidenses a favor das propostas do governo para o combate ao terrorismo eles também acreditavam que era possível que os que pensavam contra a maioria não deveriam ser considerados anti-patriotas.

**Gráfico 6 – Ser patriota e não apoiar as limitações nas liberdades civis no combate ao terrorismo**



Fonte: Princeton Survey Research Organization, 2001.

Diante desses dados estatísticos, pode-se entender como seria possível o desenvolvimento de um nacionalismo exacerbado com feições de ódio, que seria incentivado pelo governo dos EUA e corroborado por seu povo, e se afastaria dos princípios que deveriam reger a proteção internacional dos Direitos Humanos e as boas relações internacionais.

Desta maneira, diferentes medidas de prevenção e ataque seriam tomadas pelo governo dos EUA, com o objetivo de combater o inimigo militarmente, proteger a democracia e evitar que novos ataques similares ao 11 de setembro acontecessem.

Entretanto, tal aspiração e estratégia política de levar a democracia a todas as regiões do mundo para combater o terrorismo e seus financiadores teria sido anunciada de forma difusa e pouco objetiva.

Assim os EUA não teriam êxito nesta missão, pois apesar de compreenderem a necessidade de adaptação às novas ameaças, e a possíveis novas guerras, não atuariam de forma clara e transparente, que os fizessem obter ajuda de outros Estados, capazes de cooperar para a aniquilação efetiva do inimigo.

### **3 A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE NO PÓS-11 DE SETEMBRO**

No presente capítulo, buscar-se-á refletir sobre o ambiente de política externa dos EUA e sua estratégia no contexto pós-11 de setembro, com base em uma análise das medidas estratégicas adotadas pelos dois presidentes que passaram pela Casa Branca de 2001 a 2015, George W. Bush e Barack Obama.

Entretanto, não se pretende fazer um estudo minucioso de todos os documentos disponíveis, uma vez que seria necessária uma pesquisa mais ampla do que esta para tal. Portanto, foi feita uma seleção de textos julgados importantes para o entendimento das chamadas “Doutrina Bush” e “Doutrina Obama”, assim será possível compreender uma possível reorientação da política externa estadunidense diante da ameaça terrorista pós-11 de setembro.

E sob uma ótica construtivista, analisaremos uma possível mudança de identidade da sociedade estadunidense e como isto influenciou nas medidas adotadas pelos governos.

Julga-se necessário, em um primeiro momento, fazer uma breve revisão bibliográfica sobre a administração de George W. Bush e suas ações tomadas com base nos documentos: o Discurso à Nação após os atentados terroristas de 11 de setembro (2001); e A Estratégia de Segurança Nacional (2002).

Em seguida, estudaremos a administração de Barack Obama, uma vez que, apesar do atual presidente esforçar-se para se distanciar das políticas de seu antecessor, princípios da agenda de Bush teriam influenciado sua gestão. Para tanto, serão utilizados os documentos: O Discurso de posse de Obama (2009); O Discurso proferido na Universidade do Cairo (2009); e a Estratégia de Segurança Nacional 2010 (NSS-2010).

#### *3.1 As bases do pensamento estratégico dos EUA*

Os EUA, desde 1989, teriam experimentado momentos pendulares em sua história, em que seus líderes se encontrariam divididos entre hipóteses de declínio e de renovação que resultaram em opções estratégicas e táticas diferenciadas no sistema internacional e na política interna. (PECEQUILO, 2012)

No entanto, ao se observar as tomadas de decisão dos EUA no decorrer do tempo, pode-se identificar elementos que sempre estariam presentes. Segundo Pecequilo, isso se dá devido à fundamentação estratégica política estadunidense ter suas origens na República do séc. XVIII<sup>34</sup> (PECEQUILO, 2012).

A autora identifica um “Sistema Norte-Americano” que possui três diferentes componentes: o primeiro deles é a premissa de que os EUA seriam diferentes e superiores aos demais – sentimento de excepcionalismo<sup>35</sup> - que ocupariam um lugar especial no mundo e que teriam o dever de dar este exemplo aos outros Estados; o segundo componente seria o isolacionismo, em que o melhor para o país seria se distanciar para sua preservação; e o terceiro componente seria o unilateralismo, que caracterizaria maior flexibilidade ao sistema e possibilitaria alianças não permanentes guiadas basicamente pelo interesse nacional. (PECEQUILO, 2012).

Este sistema estaria intrínseco à construção da estratégia política estadunidense, e tais elementos comporiam a identidade dos governos dos EUA e de sua sociedade.

Tais elementos trariam ao debate a percepção do lugar dos EUA no mundo, do papel que deveriam exercer e como fazê-lo, assim como a definição do que é ser americano, evidenciando uma sociedade possivelmente dividida. (PECEQUILO, 2012)

Segundo esta linha de pensamento, pode-se observar que as administrações de George H. W. Bush, Bill Clinton e George W. Bush teriam estratégias similares visando a manutenção do *status quo* de grande potência mundial, e evitar a possível ascensão de outros Estados como potências. (LAYNE, 2006)

À vista disto, nota-se que nos documentos oficiais dos EUA e nos discursos proferidos é perceptível o apelo a princípios universais como a democracia, a

---

<sup>34</sup> “Não só os valores e a lógica que emergiram depois da independência em 1776 permanecem como princípios orientadores, mas também mecanismos concretos de organização do governo” (PECEQUILO, 2012, p. 1)

<sup>35</sup> Este sentimento derivaria da percepção da República Democrática como um experimento superior que deve servir de exemplo às demais sociedades. (PECEQUILO, 2012)

liberdade, e a propriedade privada como plano de fundo ou até mesmo como força motriz de todas as suas ações. (PECEQUILO, 2012)

Entretanto, com o advento do 11 de setembro tal estratégia precisaria ser repensada e reformulada, para responder à nova agenda internacional.

Conseqüentemente, os ataques demandariam atitudes imediatas do Congresso Nacional dos EUA para prevenir possíveis novas investidas terroristas ou para dar uma resposta à população estadunidense, bem como à comunidade internacional, sobre medidas para manutenção de poder no cenário internacional.

### 3.2 *Administração Bush*

George W. Bush, no início de seu governo, sofreu com a resistência interna e com a baixa popularidade, pois, mais da metade da população não apoiava sua eleição<sup>36</sup>, e muitos contestavam a forma como ele havia ganhado, mas isto não impediu que seu governo pendesse fortemente ao unilateralismo. (PECEQUILO, 2011)

Como exposto no capítulo anterior, havia no período pós-Guerra Fria, havia um entrelaço no cenário do sistema internacional e no âmbito doméstico dos EUA. Definido como: multilateralismo *versus* unilateralismo.

Este cenário, no âmbito doméstico, geraria graves fragmentações sociais (multiplicidade de partidos políticos) e impactaria os processos de decisão e formulação de políticas, culminando na radicalização de posições, e proporcionaria a vitória eleitoral de George W. Bush, em 2000. (PECEQUILO, 2011)

E então o 11 de setembro iniciaria, na política internacional dos EUA, um período de perplexidade e de silêncio, tendo como origem o medo e a irracionalidade diante do ocorrido. (PECEQUILO, 2011).

---

<sup>36</sup> Bush obteve 271 votos do colégio eleitoral contra 266 de Al Gore, mas Gore ficou à frente no voto popular nacional com 48 .4% contra 47 .9% do total de votos válidos.



Os ataques de 11 de setembro de 2001 mudariam essa realidade anterior. A popularidade de Bush seria elevada<sup>37</sup>, ao gerar um consenso baseado no medo inédito que atingiu os EUA depois da vulnerabilização do seu território nacional, e seria reproduzida uma exacerbação do nacionalismo e da união nacional.

Para Pecequilo, os atentados terroristas, em um primeiro momento, foram identificados como uma resposta às atitudes unilaterais de Bush, e a contestação da dominação hegemônica, cuja supremacia militar não poderia sofrer ofensiva. (PECEQUILO, 2011)

A resposta americana aos ataques comporta traços igualmente ideológicos: apresentada como uma reação de autodefesa interna e externa, ela é legitimada pela percepção de que os atentados constituem um ataque ao bem pelo mal (uma simplificação quase “fundamentalista”), tendo as causas mais profundas do fenômeno do terrorismo sido pouco ou nada discutidas (política externa dos EUA para o Oriente Médio, pobreza e falta de democracia em países islâmicos etc) (BARBOSA, 2002, p. 76).

Rubens Barbosa caracteriza o 11 de setembro como um embate de fundamentalismos, em que os atentados significariam para os terroristas uma reação direta a aspectos “profanos” da política externa dos EUA no Oriente Médio, como a ocupação da “terra sagrada” ou o apoio, conforme pronunciamento de Bin Laden, aos “inimigos do Islã”<sup>38</sup>. (BARBOSA, 2002)

### **3.2.1 Resposta de Bush aos ataques terroristas de 11 de setembro**

Como se pode observar no capítulo anterior, diante dos atentados terroristas, o então presidente George W. Bush constataria a importância de conscientizar os cidadãos sobre a importância da manutenção dos ideais da nação: a democracia, a liberdade e a propriedade. Portanto, busca-se reforçar a crença desses princípios e propagá-los para as gerações futuras. Tais princípios envolveriam o mundo, sob o sentimento de medo e compaixão ao povo estadunidense.

E como resposta demandada pela nação estadunidense, ainda na noite do dia 11 de setembro Bush pronunciaria seu Discurso à Nação, no qual convocou a América

---

<sup>37</sup> “Superando as eleições de 2000, o nacionalismo interno elevou a popularidade de Bush a patamares de mais de 90% de aprovação.” (PECEQUILO, 2012, p. 73)

<sup>38</sup> Entre eles, Israel.

a unir forças contra o inimigo, de modo a reforçar os ideais que movem o espírito dos EUA.

A América nunca foi unida por laços de sangue ou de nascimento ou de solo. Estamos ligados por ideais que nos movem para além do nosso passado, eleva-nos acima de nossos interesses e nos ensina o que significa ser cidadão. Toda criança deve ser ensinada sob esses princípios. Cada cidadão deve mantê-los. [...]Hoje, afirmamos um novo compromisso em viver a promessa de nossa nação através da civilidade, da coragem, da compaixão e do caráter. A América, no seu melhor, combina um compromisso de princípios e uma preocupação com a civilidade. Uma sociedade civil demanda, de cada um de nós, boa vontade e respeito, trato justo e perdão.”<sup>39</sup> (Tradução nossa).

Assim, logo após os atentados Bush anunciaria um novo caminho a ser seguido: o país estaria diante de uma guerra sem fim contra o terror, de inimigos e meios de combate difusos, e quem não estivesse a favor dos EUA estaria contra os EUA.

Já no ano seguinte, com o lançamento da Estratégia Nacional de Segurança dos EUA (National Security Strategy of the United States – NSS), o governo estadunidense apresentaria uma nova estratégia de política externa e tudo o que havia sido dito em discursos anteriores seria colocado em prática. Os Estados Unidos substituiriam a postura defensiva da Guerra Fria por um comportamento unilateral, proativo e belicoso, marcado pela dissuasão e pela dita guerra preventiva ao terror.

Condoleezza Rice, assessora de segurança nacional da Casa Branca, ao apresentar esta estratégia a denomina como Doutrina Bush, convoca o país a utilizar suas vantagens, posição de força e influência, para criar um equilíbrio de poder que favoreça a liberdade mundial, por meio de três principais prioridades:

1. Prevenir ataques terroristas e regimes ilegais;
2. Preservar a paz, com a ajuda das grandes potências; e,
3. Pregar a paz, pela democracia, liberdade e prosperidade. (RICE, 2003)

---

<sup>39</sup> “America has never been united by blood or birth or soil. We are bound by ideals that move us beyond our backgrounds, lift us above our interests and teach us what it means to be citizens. Every child must be taught these principles. Every citizen must uphold them. (...) Today, we affirm a new commitment to live out our nation's promise through civility, courage, compassion and character. America, at its best, matches a commitment to principle with a concern for civility. A civil society demands from each of us good will and respect, fair dealing and forgiveness.” (BUSH, 2001)

E ao fazer uma ligação direta entre terroristas e regimes ditatoriais, Rice justifica o uso da ação preventiva como um meio de assegurar a integridade e a segurança mundial. Desta forma, ao anunciar a expansão das forças militares, ela deixa claro que nenhum outro Estado seria capaz de desafiar o poder militar dos EUA, e então, convida os países aliados para apoiá-los nessa luta contra o terror. (RICE, 2003)

A Doutrina Bush foi apresentada como doutrina de prevenção, em que o governo dos EUA assumiria um comportamento unilateral, proativo e belicoso, produzido sob o manto da “Guerra ao Terror – *War on Terror*”, o que geraria guerras assimétricas, atingindo a Ásia Central (Afeganistão, 2001) e o Oriente Médio (Iraque, 2003/2011), e consolidaria o unilateralismo como princípio norteador da nova política externa estadunidense.

O discurso de Bush, em 2002, sistematiza a racionalidade dessa nova política, em que a guerra preventiva é a melhor forma de combate ao terror. No parágrafo abaixo, um trecho deste discurso de Bush que sintetiza a Doutrina Bush:

“Devemos estar preparados para parar estados párias e seus clientes terroristas antes que eles sejam capazes de ameaçar ou usar armas de destruição em massa contra os Estados Unidos e contra nossos aliados e amigos. Nossa resposta deve tirar pleno partido das alianças reforçadas, o estabelecimento de novas parcerias com antigos adversários, a inovação no uso de forças militares, tecnologias modernas, incluindo o desenvolvimento de um sistema eficaz de defesa contra mísseis, e maior ênfase na coleta e análise de inteligência”<sup>40</sup>. (Tradução nossa)

Em outro trecho pode-se perceber a presença dos princípios norteadores da política externa dos EUA no discurso do presidente Bush:

As grandes lutas do século XX entre a liberdade e o totalitarismo terminaram com uma vitória decisiva das forças da liberdade e um único modelo sustentável para o sucesso nacional: liberdade, democracia e livre iniciativa. [...] Pessoas em todos os lugares querem ser capazes de falar livremente; escolher quem as vai governar; cultuar conforme o seu desejo; educar seus filhos – meninos ou meninas; possuir propriedade; e aproveitar os benefícios de seu trabalho. [...] Hoje, os Estados Unidos gozam de uma posição de poderio militar inigualável e grande influência econômica e política. Mantendo

---

<sup>40</sup> “We must be prepared to stop rogue states and their terrorist clients before they are able to threaten or use weapons of mass destruction against the United States and our allies and friends. Our response must take full advantage of strengthened alliances, the establishment of new partnerships with former adversaries, innovation in the use of military forces, modern technologies, including the development of an effective missile defense system, and increased emphasis on intelligence collection and analysis.” (BUSH, 2002,p.14)

nossas heranças e princípios, nós não usamos nossa força para pressionar por vantagem unilateral.”<sup>41</sup>(Tradução nossa)

Portanto, a Doutrina Bush justificaria a adoção de uma postura unilateral, militarista e preemptiva<sup>42</sup> do governo dos EUA. Assim, trata-se de uma estratégia de governo baseada no contraterrorismo e na legítima defesa com perfil preventivo, que permite primeiramente o ataque, depois, os questionamentos. (GOÉS, 2007).

Desta maneira, pode-se constatar que o governo estadunidense, legitimado pela opinião pública, usou o 11 de setembro para afirmar e reafirmar seu direito de decidir quem atacar, quando e como, sem consulta a seus aliados ou mesmo ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).

Segundo Pecequilo, “esta doutrina privilegiou o unilateralismo e dilacerou a legitimidade das organizações internacionais, acelerou mecanismos de políticas defensivas dos programas nucleares de países como: a Coreia do Norte e o Irã. Assim como, acelerou concertações de alianças e parcerias estratégicas, providenciou o reposicionamento dos neoconservadores e a modernização pela inserção do componente preventivo, sustentada pelo silêncio da opinião pública, movida pelo medo”. (PECEQUILO, 2010)

Os EUA criariam instrumentos legais de controle das atividades individuais, especialmente quando se tratasse de imigrantes, e tomariam diferentes medidas de contraterrorismo que se utilizaria de meios unilaterais, extrajudiciais e letais para neutralizar qualquer pessoa ou organização que o país considerasse uma ameaça a sua segurança nacional, legitimados pela sensação de medo e terror presente na sociedade estadunidense (vide gráfico 4 na página 40, capítulo dois).

Portanto, para adequarem-se a essa nova era, os EUA transformariam o perfil de sua defesa assumindo uma posição defensiva e para isto criariam o Departamento de Segurança (*Homeland Security*) para dar apoio as ações do governo, e a Agência

---

<sup>41</sup> “The great struggles of the twentieth century between liberty and totalitarianism ended with a decisive victory for the forces of freedom-and a single sustainable model for national success: freedom, democracy, and free enterprise. [...] People everywhere want to be able to speak freely; choose who will govern them; worship as they please; educate their children-male or female; own property; and enjoy the benefits of their labor. [...] Today, the United States enjoys a position of unparalleled military strength and great economic and political influence. In keeping with our heritage and principles, we do not use our strength to press for unilateral advantages.” BUSH, 2002,p.3)

<sup>42</sup> A guerra preemptiva se dá na ausência de uma ameaça iminente de ataque, não caracterizando assim uma ameaça de autodefesa.

de Segurança Nacional (NSA) seria criada para a regulamentação das resoluções do governo, no combate ao terrorismo. (PECEQUILO, 2012).

Pode-se concluir que a Administração Bush utilizou de diversos meios, coercitivos, preemptivos e preventivos, para justificar sua política externa neste novo cenário. Como nas regras que foram sistematizadas pelo Ato Patriota (2001)<sup>43</sup>, e que ocasionariam diversos escândalos de maus tratos a prisioneiros na base de Guantánamo, e em bases secretas estadunidenses.

### *3.3 Administração Obama*

Diferentemente de Bush, Obama tomaria posse, em 20 de janeiro de 2009, como presidente dos EUA com a popularidade em torno de 70% e em uma atmosfera de esperança e de grandes expectativas.

“Hoje eu lhes digo que os desafios que enfrentamos são reais. São sérios e são muitos. Eles não serão resolvidos facilmente ou em um curto período de tempo. Mas saiba disto, América: eles serão resolvidos. Neste dia, estamos reunidos porque escolhemos a esperança acima do medo, a unidade de objetivos acima do conflito e da discórdia.”<sup>44</sup> (Tradução nossa)

Barack Obama foi eleito, tornando-se o primeiro presidente negro dos EUA, simbolizando o começo de uma nova situação política que teria a “mudança” como principal elemento presente em seu discurso.

Tal postura do então presidente parecia sinalizar mudanças significativas na política externa do país, pois dava ênfase no diálogo com países aliados e inimigos e ao respeito às OIs, como a ONU. Portanto, houve uma reformulação na estratégia de segurança dos EUA, que continuaria com seu objetivo inicial - o combate ao terrorismo, porém devidamente adaptada ao governo vigente.

---

<sup>43</sup> Lei de combate ao terror que permitiria a prisão de suspeitos de ataques terroristas, espionagem de cidadãos, prisões sem direito a advogado e tortura.

<sup>44</sup> “Today I say to you that the challenges we face are real. They are serious and they are many. They will not be met easily or in a short span of time. But know this America: They will be met. On this day, we gather because we have chosen hope over fear, unity of purpose over conflict and discord” (OBAMA, 2009)

Em seu discurso de posse, ele proclamaria uma agenda de reconstrução da América recuperando e transformando a economia de forma a proporcionar cuidados de saúde melhores e menos dispendiosos para todos, desenvolvendo um sistema educativo mais adaptado às necessidades de um novo século. (PECEQUILO, 2011)

“É chegada a hora de reafirmarmos a nossa perseverança de espírito, de optar por melhorar a nossa história, de levar avante esse dom precioso, essa ideia nobre, transmitida de geração em geração: a promessa feita por Deus de que todos são iguais, todos são livres e todos merecem uma oportunidade de alcançar a felicidade”.<sup>45</sup>  
(Tradução nossa)

Tal discurso revelaria a grandeza das aspirações de Obama; entretanto, seria mais fácil enunciar grandes ambições do que realizá-las.

A política externa de Obama na área de segurança, em seu primeiro ano como presidente, em 2009, foi marcada muito mais pelos discursos que ele fez, nos quais procurou mostrar um tom muito diferente do ex-presidente Bush, do que na adoção oficial de novas políticas ou tomada de decisões e ações concretas.

A nova retórica oficial do governo dos EUA enfatiza a construção de um mundo de multiparceiros que valoriza seletivamente o papel dos organismos de mediação política internacional. Durante o primeiro semestre de 2009, Obama esforçou-se pessoalmente em vencer as polarizações, desconfianças e ressentimentos criados, no espectro político internacional, pela estratégia de defesa preventiva do governo Bush (VIANNA, 2010, p. 3)

Assim, após sua eleição, esperava-se que Obama cumprisse com a promessa de romper com as políticas de Bush, e mudasse o rumo da Casa Branca, pois durante as eleições de 2008, umas das principais questões em pauta foi a necessidade de uma revisão do papel dos EUA no mundo.

Havia muitas expectativas de que a administração de Obama seria substancialmente diferente da de Bush, principalmente na política externa.

---

<sup>45</sup> “The time has come to reaffirm our enduring spirit; to choose our better history; to carry forward that precious gift, that noble idea passed on from generation to generation: the God given promise that all are equal, all are free, and all deserve a chance to pursue their full meadure of happiness.”(OBAMA, 2009)

Assim, comprometido em restaurar os valores e princípios fundamentais dos EUA, Obama ordenou o fechamento do centro de detenção de Guantánamo e proibiu práticas de tortura durante interrogatórios no país. (McCRISKEN, 2011)

A mensagem para o resto do mundo foi clara, Obama argumentou: os EUA podem prosseguir com a guerra contra o terrorismo de uma maneira consistente com nossos valores e nossos ideais. (McCRISKEN, 2011)

Obama deixou claro que a disposição dos indivíduos detidos e o fechamento das instalações seria consoante com os interesses de segurança nacional, política externa e de justiça dos EUA e estabeleceu o prazo de, no máximo, um ano para a conclusão do fechamento da prisão.

Contudo, logo no início do seu mandato, Obama tentaria cumprir a promessa eleitoral de fechar Guantánamo, todavia, os seus esforços esbarrariam no Congresso e, ainda em 2016, a polêmica prisão para os suspeitos de terrorismo prossegue existindo<sup>46</sup>.

De acordo com a *Human Rights First*<sup>47</sup>, ainda restam 61 prisioneiros em Guantánamo, dos quais 57 estão presos há mais de 10 anos. Desde o início da administração de Obama, 177 detentos foram transferidos, repatriados ou reassentados.

É sabido também que o presidente melhorou um pouco a imagem dos EUA no mundo, e que retirou as tropas do Iraque, mesmo que a retirada tenha se iniciado na administração Bush, entretanto o combate ao terrorismo continua a seguir a mesma linha de pensamento de Bush.

Um elemento que caracteriza este pensamento é o uso de *drones*, aparelhos não tripulados utilizados no combate ao terrorismo. Recentemente, veio à tona a

---

<sup>46</sup> Em 7 de janeiro de 2011, o presidente assinou o *Ike Skelton National Defense Authorization Act for Fiscal Year 2011*, que havia sido aprovado pelo Congresso no final de 2010: a seção 1032 proíbe o uso de fundos para transferir detentos de Guantánamo para os Estados Unidos, e a seção 1033 barra o uso de fundos para transferir os detidos para a custódia ou controle efetivo de países estrangeiros.

<sup>47</sup> A *Human Rights First* é uma organização não governamental que defende a os direitos humanos e o Estado de Direito nos Estados Unidos. A organização mantém um relatório online, atualizado constantemente, sobre os números do centro de detenção. Última atualização: 6 de setembro de 2016.

polêmica a respeito do acesso pelo governo estadunidense a todas as comunicações realizadas no país e no exterior, tal polêmica viria reacender o debate sobre os meios utilizados pelo governo para fazer frente ao terrorismo.

Neste ponto, Obama parece seguir a mesma linha de Bush, ao utilizar todas as capacidades ao dispor do governo para combater o terrorismo, ainda que tenha que sacrificar a privacidade dos cidadãos estadunidenses. Portanto, percebemos que terrorismo e o extremismo religioso continuavam a ser a maior ameaça a segurança nacional dos EUA para a administração Obama. No entanto, havia a promessa de que a maneira de se enfrentar essas ameaças seria diferente, compatível com os valores morais do povo americano. (JACKSON, 2014).

Uma das questões mais problemáticas na luta contra o terrorismo é o que fazer uma vez que um indivíduo é capturado cometendo ações terroristas: o que fazer com os suspeitos, onde apreendê-los, como interrogá-los respeitando os direitos humanos, entre outras (McCRISKEN, 2011).

A morte de Osama Bin Laden, em setembro de 2011, mostrou ao mundo que a política de segurança nacional de Obama era bem-sucedida, ao eliminar o chefe da organização terrorista responsável pelos ataques de 11 de setembro. (McCRISKEN, 2011).

Entretanto, em um pronunciamento oficial em 2014, o presidente Barack Obama oficializou a extensão da missão de estabilização no Afeganistão até 2016. Além de contrariar metas que estabeleciam o ano de 2014 como ano final da missão, tal decisão trouxe à tona dúvidas sobre o efetivo encerramento da Guerra ao Terror. (MOREIRA, 2011)

Em discurso, dia 04 de junho de 2009, na Universidade do Cairo, Obama caracterizaria a base para uma nova doutrina de política de segurança.

“Vim ao Cairo em busca de um novo começo entre os Estados Unidos e os muçulmanos do mundo inteiro, um começo baseado no interesse e no respeito mútuos, e baseado ainda na verdade fundamental de que a América e Islã não são entidades excludentes e não precisam competir. Ao contrário, eles convergem e compartilham dos mesmos



princípios - os princípios da justiça e do progresso; da tolerância e da dignidade de todos os seres humanos. ”<sup>49</sup>(Tradução nossa)

E em maio de 2010, poucos meses após a divulgação da Revisão Quadrienal de Defesa (QDR), seria lançado um documento oficial atualizado de política externa dos Estados Unidos, Estratégia de Segurança Nacional (National Security Strategy – NSS - 2010).

Como novidade, na NSS-2010, a guerra contra o terrorismo passa a ser contemplada como parte de uma agenda mais ampla, perdendo a centralidade que possuía durante a administração Bush. Influenciada pelo contexto de forte crise econômica doméstica e instabilidade financeira internacional a NSS-2010 demonstra grande preocupação com a necessidade de renovação da liderança internacional dos EUA, tendo como grande objetivo ao lado da manutenção da segurança nacional: a prosperidade econômica do país; a promoção da democracia e dos direitos humanos; e o fortalecimento da cooperação, das alianças e das instituições multilaterais. (MOREIRA, 2011)

As estratégias da chamada Doutrina Obama para o combate ao terrorismo podem ser resumidas em:

1. A utilização de um aparato de inteligência aprimorado;
2. O uso de uma cooperação intensificada com aliados acerca do terrorismo;
3. O estabelecimento de relações cordiais com povos muçulmanos, a fim de conter ações terroristas; e,
4. Foco no impedimento da posse de armas de destruição em massa por terroristas. (NSS, 2010)

Portanto, é possível perceber uma alteração fundamental na ênfase dada à guerra contra o terror e aos mecanismos de segurança e ação preventiva. Somada a uma tentativa do novo governo de resgatar o padrão de ação multilateral adotado ao longo do século XX, em que os valores, interesses e objetivos estadunidenses eram buscados e consolidados via instituições internacionais e organizações multilaterais. (MOREIRA, 2011) A Doutrina Obama se caracteriza por apelar à recuperação da liderança e prestígio perdidos pelos EUA durante os anos da administração Bush.

---

<sup>49</sup> “I’ve come here to Cairo to seek a new beginning between the United States and Muslims around the world, one based on mutual interest and mutual respect, and one based upon the truth that America and Islam are not exclusive and need not be in competition. Instead, they overlap, and share common principles -- principles of justice and progress; tolerance and the dignity of all human beings.” (OBAMA, 2009)

Desta forma, a nova administração buscou incorporar outra forma de administrar, trazendo de volta ao centro do debate o papel que o governo deveria exercer no desenvolvimento econômico e na promoção de condições à população. Seria esta a base de Obama nas discussões de política doméstica. (MOREIRA, 2011)

De tal modo, também foram adicionados novos temas à agenda de segurança nacional e de política externa, como a não proliferação de armas de destruição em massa, e isto serviria para demonstrar uma mudança ideológica da administração de Obama, que não tinha o interesse de reduzir seu mandato à guerra contra o terror (McCRISKEN, 2011).

## CONCLUSÃO

Conforme observamos anteriormente, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 confirmaram a necessidade inadiável de um projeto estratégico obrigando os EUA a reconsiderar seu lugar no mundo como unidade estatal soberana

Nos EUA pós-11 de setembro, é esperado do presidente ser o chefe protetor que tem a função primordial de defender o povo estadunidense do terrorismo. Assim, nenhum presidente pode cair na falácia de decepcionar seu povo, no que diz respeito à segurança nacional.

A percepção do lugar dos EUA no mundo, do papel que devem exercer e como devem fazê-lo, assim como a definição do que é ser estadunidense, mostram uma sociedade dividida e um sistema político dominado pela sociedade. Pois a política é reflexo da sociedade da qual emerge e representa suas contradições, não podendo dela ser descolada. (PECEQUILO, 2012)

De acordo com a abordagem construtivista, as ideias e valores têm impacto significativo nas ações políticas. A análise de ideias e valores é parte fundamental para uma melhor compreensão dos problemas em relações internacionais.

Sendo a política condicionada às escolhas promovidas por pessoas em contextos sociais e históricos específicos, os dilemas morais aparecem como um limite entre ações que consideramos corretas, passíveis de justificação, ou injustas, consideradas socialmente como crimes ou atos tirânicos.

Desta forma, Bush e Obama parecem ter seguido a mesma linha de raciocínio e para combater o terrorismo, aumentaram o poder presidencial e não deixaram de utilizar qualquer ferramenta à sua disposição, ainda que ferindo questões legais e éticas. Ainda assim, a maioria dos estadunidenses apoiariam estas medidas.

Observa-se que o uso da força para alcançar um objetivo pré-estabelecido, o combate ao terrorismo, esteve presente na Administração Bush e na Administração Obama, ainda que, na primeira, de forma mais unilateral, e, na segunda, de modo mais discreto e com a defesa do multilateralismo e da cooperação.

Pode-se concluir, portanto, que as semelhanças entre Bush e Obama estão representadas pela defesa da democracia e da liberdade, pela necessidade de intervenção em assuntos externos, principalmente, pela defesa do extermínio da ameaça terrorista a todo custo, em nome da segurança nacional e mundial com o apoio da sociedade estadunidense, visando a necessidade de reafirmar seu papel no mundo.

## REFERÊNCIAS

ADLER, Emanuel. O construtivismo no estudo das Relações Internacionais. Lua Nova, n. 47, p. 201-246, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451999000200011&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010264451999000200011&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 08/11/2015.

ALI, Tariq. *Confronto de Fundamentalismo: cruzadas, jihads e modernidade*. Rio de Janeiro: Record, 2002.

BARBOSA, Rubens Antônio. Os Estados Unidos pós 11 de setembro de 2001: implicações para a ordem mundial e para o Brasil. Rev. Bras. Polít. Int. 45 (1): 72-91, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a03v45n1.pdf>>. Acesso em: 21/04/2015.

BUSH, George H.W. Address before a joint session of the Congress on the Persian Gulf Crisis and the Federal Budget Deficit, September 11, 1990, in Public Papers of the Presidents: George Bush, 1990, vol. 2 (Washington D.C.: Government Printing Office, 1991), 1218-22. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=18820>>. Acesso em: 05/08/2016

BUSH, George W. The National Security Strategy of the United States of America. Setembro, 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>> Acesso em: 21/04/2015.

CERVO, Amado Luiz. Conceitos em Relações Internacionais. Rev. Bras. Polít. int., Brasília, v. 51, n. 2, p. 8-25, Dez. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S003473292008000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292008000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27/10/2016.

CHOMSKY, Noam. *11 de setembro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. Estudos Avançados 16 (44), 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v16n44/v16n44a02.pdf>>. Acesso em: 14/10/2015.

CHOMSKY, Noam. O Império Americano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FALCÃO, Roberto. *11 de setembro de 2001: entre mitos e fatos*. Hagar. 2003.

FERNANDES, Luís. *Violência, instabilidade e resistência: o mundo que emerge dos escombros dos atentados de 11 de setembro*. Revista Princípios. Maio/junho/julho, no 65. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.

GADDIS, John Lewis. *International Relations Theory and the End of the Cold War*. The MIT Press, vol. 17, n 3, p 5-58, 1992.

GOÉS, Guilherme Sandoval. *Geopolítica e pós-modernidade*. Revista da Escola Superior de Guerra. v. 23, n. 48, jul/dez. 2007.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra Fria. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p., 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152581997000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 27/10/2016.

HUMAN RIGHTS FIRST. *Guantánamo by the Numbers*. 2016. Disponível em: <http://www.humanrightsfirst.org/sites/default/files/gtmo-by-the-numbers.pdf> Acesso em: 12/10/2016.

IKE SKELTON NATIONAL DEFENSES AUTHORIZATION ACT FOR FISCAL YEAR 2011. One Hundred Eleventh Congress of the United States of America. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/BILLS-111hr6523enr/pdf/BILLS-111hr6523enr.pdf>>. Acesso em: 20/09/2016.

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION, 2001. *Key Global Telecom Indicators for the World Telecommunication Service Sector*. Disponível em: <<http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/publications/wtid.aspx>> Acesso em: 16/10/2015

JACKSON, Robert & SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Zahar Editora, 2007.

JEPSON, Paul. Governance and accountability of environmental NGOS. *Environmental Science & Policy*, Oxford, 2005, vol.8, p. 515-524. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.484.5214&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 08/11/2015.

JORGENSEN, Knud Erik. "Four Levels and a Discipline". In: *Constructing International Relations — The Next Generation*. Nova York- M E Sharpe p 36-53, 2001.

KEOHANE, R. "International Institutions: Two Approaches". *International Studies Quarterly*, v. 32. n. 4, p. 379, 396, 1988. Disponível em: <[http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/4/42/KEOHANE\\_International\\_Institutionstwo\\_approaches\\_\(JSTOR\).pdf](http://academico.diretorio.fgv.br/ccmw/images/4/42/KEOHANE_International_Institutionstwo_approaches_(JSTOR).pdf)>. Acesso em: 08/11/2015.

LAPID, Y. "The Third Debate: On the Prospects of International Theory in PostPositivist Era". *International Studies Quarterly*, v. 33, n. 3, p. 235-254, 1989. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/2600457?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/2600457?origin=JSTOR-pdf&seq=1#page_scan_tab_contents)> Acesso em: 08/11/2015.

LAYNE, Christopher. The Unipolar Illusion Revisited. The Coming End of the United States' Unipolar Moment. *International Security*. 31(2). Outono de 2006. pp.7-41. Disponível em: <[http://www.jstor.org/stable/2539020?seq=1#page\\_scan\\_tab\\_contents](http://www.jstor.org/stable/2539020?seq=1#page_scan_tab_contents)>. Acesso em: 08/11/2015.

MARCONI, Marina de A. LAKATOS, Eva. M. Fundamentos de Metodologia de pesquisa. São Paulo: Atlas, 5 ed. 2003.

McCRISKEN, Trevor. *Ten years on: Obama's war on terrorism in rhetoric and practice*. *International Affairs*. V. 87, n. 4, p. 781–801, 2011.

MINGST, Karen A. *Princípios de Relações Internacionais*. [Tradução Arlete Simille Marques]. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

MOREIRA, Hermes Jr. *A estratégia de restauração: análise de estratégia de segurança nacional do governo Obama à luz do orçamento norte-americana (2010-2011)*. III Simpósio de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP e PUC/SP), Anais. 8-11 nov. 2011. Disponível em: <[http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/hermes\\_moreira.pdf](http://www.santiagodantassp.locaweb.com.br/br/simp/artigos2011/hermes_moreira.pdf)>. Acesso em: 20/09/2016.

NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais. Correntes e debates*. Elsevier, 2005.

OBAMA, Barack. The National Security Strategy of the United States of America. Maio, 2010. Disponível em: <[https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](https://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)>. Acesso em: 20/09/2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A América Inviolável: O Fim de Um Mito. Meridiano 47 - Journal of Global Studies, [S.l.], v. 2, n. 16, p. 1-4, sep. 2011. ISSN 1518-1219. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4589>>. Acesso em: 07/01/2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Os Estados Unidos e o século XXI*. Elsevier. p. 1-35. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Política Internacional* Brasília. FUNAG, 2011.

ROCHA, Antônio Jorge Ramalho. *Relações Internacionais - teorias e agendas*. Brasília: IBRI, 2002.

RICE, Condoleeza. *Consciência de vulnerabilidade inspirou doutrina*. In *Política Externa*, Vol.II, Nº3. São Paulo: Paz e Terra – USP, 11(3), dez/jan/fev (2002/2003).

ROPER CENTER. Media General/ Associated Press Poll: National Poll. Savings and Loans/College Sports/Communism. 04-12 de Janeiro, 1989. Disponível em: <g>. Acesso em: 27/10/2016.

ROPER CENTER. ABC News/Washington Post Poll. *Terrorist Attacks on the U.S.* 11 de setembro, 2001. Disponível em: <<http://ropercenter.cornell.edu/CFIDE/cf/action/catalog/abstract.cfm?type=&start=&id=&archno=USABCWASH2001-17801&abstract=>>>. Acesso em: 27/10/2016.

ROPER CENTER. Princeton Survey Research Associates. *Civil Liberties and Terrorism*. 21 de setembro, 2001. Disponível em: <<http://ropercenter.cornell.edu/CFIDE/cf/action/catalog/abstract.cfm?type=&start=&id=&archno=USPSRA2001-NW11&abstract=>>>. Acesso em: 27/10/2016.

ROPER CENTER. Los Angeles Times. *Terrorist Attacks in New York City and Washington*. 13-14 de setembro, 2001. Disponível em:

<<http://ropercenter.cornell.edu/CFIDE/cf/action/catalog/abstract.cfm?type=&start=&id=&archno=USLAT2001-462&abstract=>>. Acesso em: 27/10/2016.

ROPER CENTER. Princeton Survey Research Associates. *Civil Liberties and Terrorism*. 21 de setembro, 2001. Disponível em: <<http://ropercenter.cornell.edu/CFIDE/cf/action/catalog/abstract.cfm?type=&start=&id=&archno=USPSRA2001-NW11&abstract=>>. Acesso em: 27/10/2016.

SATO, Eiiti. A agenda internacional depois da Guerra Fria: novos temas e novas percepções. *Rev. bras. polít. int.*, Jun 2000, vol.43, no.1, p.138-169. ISSN 0034-7329. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a07.pdf>> Acesso em: 08/11/2015.

SILVEIRA, José Renato Ferraz da. ROPKE, Taís Regina. 11 de setembro: um estudo de análise de política externa da irracionalidade e imediatismo da opinião pública estadunidense. Disponível em: <[www.nucleoprismo.org/wp.../04/ARTIGO-ABED-DEFINITIVO.docx](http://www.nucleoprismo.org/wp.../04/ARTIGO-ABED-DEFINITIVO.docx)> Acesso em: 10/04/2015.

TALBOTT, Strobe; CHANDA, Naya (org). *A era do terror: o mundo depois de 11 de setembro - reflexões e alertas para o futuro*. Trad. Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

TEIXEIRA, Tatiane. *Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

VIANNA, Alexander Martins. *Paradoxos da política externa de Barack Obama – Anno Primo*, Revista Espaço Acadêmico – N.º 105, fev. 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Ludmylla/Downloads/9187-33089-1-PB.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

WALT, Stephen M. *International Relations: One World, Many Theories*. Foreign Policy, n. 110 Special Edition: Frontiers of Knowledge. (Spring, 1998), pp. 29-46. Disponível: <<http://faculty.maxwell.syr.edu/hpschmitz/PSC124/PSC124Readings/WaltOneWorldManyTheories.pdf>> Acesso em: 31/10/2015

WALTZ, Kenneth Neal. *Theory of International Politics*. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 1979.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International Organization*, 46, no. 2, 391-425. Spring, 1992.

WENDT, Alexander. *Constructing International Politics International Security*, Vol. 20, No. 1, pp. 71-81. 1994. Disponível em: <<http://faculty.maxwell.syr.edu/hpschmitz/PSC124/PSC124Readings/WendtConstructivism.pdf>> Acesso em: 21/04/2015.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge Studies in International Relations. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

ZEHFUSS, Maja. “Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil”, in Karin Fierke e Knud Erik Jorgensen (eds), *Constructing International Relations. The Next Generation*, M.E. Sharpe, New York/London. 2001. p. 54-75.